



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DEHIST

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VINICIUS CAVALCANTE MELO DE LIMA

PENSANDO A GOVERNANÇA DA AMÉRICA PORTUGUESA:
a construção de governadores-gerais modelares na *Historia do Brazil*, de Frei
Vicente do Salvador

RECIFE

2021

VINICIUS CAVALCANTE MELO DE LIMA

PENSANDO A GOVERNANÇA DA AMÉRICA PORTUGUESA:
a construção de governadores-gerais modelares na *Historia do Brazil*, de Frei
Vicente do Salvador

Monografia de conclusão de Curso apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito necessário para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L732p Lima, Vinicius Cavalcante Melo de
Pensando a Governança da América Portuguesa: a construção de governadores-gerais modelares na História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador / Vinicius Cavalcante Melo de Lima. - 2021.
56 f.
- Orientador: Kleber Clementino da Silva.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2022.
1. Representação. 2. Governadores-Gerais. 3. Historiografia Moderna. I. Silva, Kleber Clementino da, orient. II. Título

CDD 909

VINICIUS CAVALCANTE MELO DE LIMA

PENSANDO A GOVERNANÇA DA AMÉRICA PORTUGUESA:
a construção de governadores-gerais modelares na *Historia do Brazil*, de Frei
Vicente do Salvador

Monografia de conclusão de curso apresentada
ao Departamento de História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Aprovado em 06 de dezembro de 2021.

Conceito final: 9,0

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva

Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural de
Pernambuco (Orientador)

Prof. Dr. Victor Hugo Abril

Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural de
Pernambuco (Examinador Interno)

Prof.^a Dr.^a Camila Corrêa e Silva de Freitas

Professora adjunta da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de
Formação de Professores (UACS/CFP) da Universidade Federal de Campina
Grande (Examinadora Externa)

RECIFE

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai, Inaldo, minha mãe, Fátima, a quem, sem os ensinamentos, incentivos e apoio, todo caminho percorrido até aqui seria áspero e difícil. Às minhas irmãs, Verônica e Vanessa, que sempre estiveram presente neste e noutros desafios. Ao meu cunhado, Fábio, pessoa singular que sempre se mostrou presente e solícito durante esses cinco anos de labuta.

Ao meu orientador, professor Kleber Clementino da Silva, que desde meu ingresso na vida acadêmica, em 2017, esteve presente em quase todos os momentos que foram dedicados ao estudo da História. Ainda em 2017, tive o prazer de ser seu aluno nas disciplinas de “História das sociedades da antiguidade oriental” e “História Medieval I” e, em 2018, na disciplina de “História Medieval II”. Agradeço por ter me acolhido durante todo esse tempo, seja como professor de disciplinas obrigatórias, seja como orientador; papéis que desempenhou com as mais sólidas e ricas contribuições. Como orientando, fica aqui meu carinho e meu obrigado pela introdução ao tema que, daqui por diante, estará sempre presente na minha vida. Agradeço também pelas conversas, pelos ensinamentos, pelas correções minuciosas, pela paciência e leveza que sempre nos transmitiu.

Ao professor Victor, a quem sempre foi um prazer conversar pelos corredores do CEGOE e do Departamento de História, seja falando, entre demais coisas, sobre a vida, a História ou sobre o Flamengo. Recordo-me que numa de suas aulas de “História Moderna II”, nós refletimos, com um livro do Peter Burke, sobre “A Fabricação do Rei”, texto que, inevitavelmente, levo até hoje nas minhas pesquisas.

A professora Camila Corrêa, por ter aceitado o convite de participar de minha banca de avaliação. Ainda em 2018, durante o Encontro “Impérios Atlânticos e suas dinâmicas históricas”, promovido pelo NEMA/UFPE e NEIC/UFRPE, no CFCH, pude ouvir sua exposição acerca de suas pesquisas sobre historiografia do período moderno, se dedicando a análise histórica das produções literárias escritas por religiosos.

Aos meus amigos e companheiros de turma, em especial Taylor Uchoa, João Freitas, Paulo Lima, José Cordeiro, Maria Tereza e Anderson Guimarães, que, certamente, as conversas, as risadas e os estudos foram momentos inesquecíveis durante nossa caminhada. Meu muito obrigado a todos que fizeram desses nove períodos um momento ímpar.

E por último, porém não menos importante, à minha amável companheira Yasmin, por suas inestimáveis contribuições e afetos que, sem sombra de dúvidas, foram fortes combustíveis para que tudo seguisse de forma leve. A você, meu muitíssimo obrigado.

“De poco sirven los trabajos de los historiadores sino van encaminados á fin que se pueda conseguir de ellos el principal provecho de su lectura, que es la prudencia, virtud que da siempre á los hombres materia para ejercitarse y forma á la felicidad: es semejante al arte y á la música, guía de la virtud, maestra de los afectos, hija de la razón, virtud intelectual, y dada al hombre para su defensa.

Para formar enteramente esta joya tan preciosa se requieren tres cosas: la primera la memoria de las cosas passadas: la segunda el conocimiento de las presentes: la última el hechar de ver las venideras; en lo qual muestra principalmente la prudencia su fuerza, y en ella da su verdadero fruto.”

(Antonio de Herrera y Tordesillas)

RESUMO

A finalidade deste trabalho é explorar as representações criadas por frei Vicente do Salvador acerca de quatro governadores-gerais da América portuguesa, do século XVI, e tentar compreender de que forma essa representação se associa ao seu projeto político, inscrito na *Historia do Brazil*. Natural da Bahia, do século XVI, frei Vicente, apoiado nas “leis gerais” da historiografia moderna, constrói imagens douradas de autoridades coloniais buscando criar um “ideal” de governador-geral, detentor de virtudes principescas. Em sua caracterização, Tomé de Sousa é o governador industrioso; Duarte da Costa é o governante piedoso, manso; Mem de Sá é o “espelho de governadores do Brasil” e Francisco de Sousa é o “mais benquisto” governador do Brasil. Para tal estudo, a metodologia empregada no trabalho foi feita a partir da análise do discurso e de leituras específicas dedicadas ao mundo escrito no período moderno, como as obras escritas pelo norte americano Richard Kagan, pelo espanhol Fernando Bouza Alvarez e pelo britânico Quentin Skinner. Além deles, importantes também foram os estudos feitos a partir dos trabalhos da Maria Lêda Oliveira e do Luiz Cristiano Oliveira de Andrade, ambos relativos a nossa fonte de pesquisa, *Historia do Brazil*.

Palavras-chave: Representação. Governadores-Gerais. Historiografia Moderna.

ABSTRACT

The purpose of this work is to explore the representations created by Friar Vicente do Salvador about four governors-general of Portuguese America, from the 16th century, and to try to understand how this representation is associated with his political project, included in the *Historia do Brazil*. Born in Bahia, in the 16th century, Friar Vicente, supported by the “general laws” of modern historiography, makes golden images of colonial authorities seeking to create an “ideal” of a governor-general, holder of princely virtues. In his characterization, Tomé de Sousa is the industrious governor; Duarte da Costa is the merciful, meek ruler; Mem de Sá is the “mirror of Brazil's governors” and Francisco de Sousa is the “most popular” governor of Brazil. For this study, the methodology used in the work was based on the discourse analysis and specific readings dedicated to the written world in the modern period, such as the works written by the North American Richard Kagan, the Spaniard Fernando Bouza Alvarez and the British Quentin Skinner. In addition to them, the studies carried out based on the works of Maria Lêda Oliveira and Luiz Cristiano Oliveira de Andrade, both related to our research source, *Historia do Brazil*.

Key-words: Representation. Governors-General. Modern Historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO UM: AS LINHAS GERAIS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DA AMÉRICA.....	14
1.1 Entendendo o autor da <i>Historia do Brazil</i> : as raízes de Frei Vicente do Salvador	17
1.2 Debatendo a <i>Historia do Brazil</i>	20
CAPÍTULO DOIS: RASCUNHANDO O NOVO ATRAVÉS DO VELHO: A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA POSTA A SERVIÇO DA <i>HISTORIA DO BRAZIL</i>	27
CAPÍTULO TRÊS: NARRAR E ETERNIZAR: OS “VIRTUOSOS” GOVERNADORES-GERAIS DO BRASIL	38
3.1 O “companheiro e afável” Tomé de Sousa.....	40
3.2 Duarte da Costa: dono de uma “virtude singular”.....	43
3.3 Mem de Sá: “espelho de governadores do Brasil”.....	45
3.4 Francisco de Sousa: “O mais benquisto governador que houve no Brasil”	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
FONTES	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

Nos séculos XVI e XVII, textos que se dedicavam a orientar e aconselhar monarquias e governantes tornaram-se comuns, em especial, na Península Ibérica (KAGAN, Richard. 2010). Na América Portuguesa do século XVII, autores dedicaram esforços em busca de compreender o contexto conturbado que se instalou, principalmente quando das invasões de países estrangeiros, como, por exemplo, as investidas dos franceses – ainda no XVI – e dos Países Baixos – no século XVII –, como foi o caso de Frei Vicente do Salvador (1566-1639). Duas invasões, em momentos diferentes, historiadas por cronistas e eruditos que, de certa forma, foram herdeiros de uma tradição de escrita renascentista e humanista, mas também, advinda – como afirma Quentin Skinner – do século XII. Nessa tradição, corriqueiros eram os escritos dedicados não somente à moralidade e educação dos governantes, mas também àquelas dos seus cortesãos (SKINNER, Quentin. 1996).

Frei Vicente do Salvador, nascido na Bahia, na segunda metade do século XVI é autor de uma emblemática *Historia do Brazil*, que conta diversas facetas do cotidiano colonial e expõe, de forma indireta, possibilidades para o enfrentamento a invasão holandesa na Bahia, em 1624. Para tal, reformula conceitos e os adapta ao contexto colonial, de modo a criar e destacar um “ideal” de governador-geral.

Por isto, nosso objetivo nesta pesquisa consiste em investigar as representações criadas por frei Vicente do Salvador acerca de quatro governadores-gerais do século XVI e compreender como essa caracterização se associa ao seu discurso político. De que modo o autor utiliza virtudes principescas e elementos do gênero “espelho de príncipes” e os adequa ao contexto colonial para aplicar as figuras dos administradores lusitanos? Podemos pensar que há nesta construção “ideal” uma prescrição para os governantes do século XVII? Importante salientar que, não ignoramos a existência do lado “real” e violento do processo colonizador, como por exemplo a violência física e cultural contra as comunidades indígenas, as guerras coloniais, a disputa pelo monopólio do território americano, etc. Não ignoramos essa dimensão e não temos, aqui, pretensão de aderir às imagens “fabricadas” pelo autor da obra em relação aos governadores coloniais. Entretanto, por questões metodológicas, privilegiamos, neste estudo, explorar essas imagens idealizadas e não aquilo que elas visam ocultar.

Nesse sentido, como o autor propôs caminhos que pudessem solucionar os desafios que o processo colonial impôs aos portugueses? Como historiou? Qual a finalidade? Qual o aporte retórico mobilizado? Como podemos entender o discurso político por trás de tais formulações? Perguntas essas que nortearam e mobilizaram a análise da obra e ajudaram a enriquecer o trabalho, afinal, antes de mais nada, os questionamentos – não somente na pesquisa histórica – são condição *sine qua non* de todos trabalhos científicos. Além das perguntas, importantes também foram os estudos historiográficos feitos através de leituras específicas, que ajudaram a entender como se estruturou a sociedade moderna e, em especial, como se apresentavam os textos neste período.

O presente trabalho se dividirá em três capítulos. A primeira parte é dedicada ao entendimento das linhas gerais do processo de colonização da América e as formas que a Coroa portuguesa empregou para a concretização do seu projeto colonizador. Ainda na primeira parte do texto, também discutiremos aspectos da vida autor da *Historia do Brazil*, Vicente Rodrigues Palha, mais conhecido como Frei Vicente do Salvador. De que forma sua vida pessoal e suas andanças profissionais contribuíram para a criação da narrativa produzida no século XVII? O contato com o Chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria, fora determinante para a composição de sua *Historia*? Como o contexto vivido por Frei Vicente influenciou e inspirou a escrita do livro? Igualmente, debateremos um pouco sobre a obra do frade baiano, destacando a composição dos tomos nela apresentados e, fundamentalmente, tentando entender como a visão do autor, em relação ao projeto colonial, pode ser compreendida como um discurso político sagaz de ressignificação do território português (OLIVEIRA, Maria Lêda. 2008). E finalizando a primeira parte, examinaremos a descoberta da *Historia do Brazil* no tempo de sua publicação, no século XIX.

A segunda parte do texto centrará sua atenção no mundo escrito durante o período moderno. Analisaremos como a tradição historiográfica humanista, renascentista e, principalmente, da tradição dos “espelho de príncipes” fez parte do constructo Vicentino em sua obra. Nesse segundo capítulo, mobilizaremos e discutiremos alguns dos conceitos que fazem parte da *Historia do Brazil*; como, por a história política e a história perfeita. A “história política” e a “história perfeita”, eram conceitos que circularam nas produções escritas do período moderno e, *grosso modo*, se dedicavam à ofertar saberes mais pragmáticos, no tocante à

atuação política dos governantes; um saber ofertado através de “espelhos” ou “exemplos”. As histórias deveriam, nesse sentido, serem escritas com a finalidade de instruir e servirem como guia dos soberanos (KAGAN, 2010; CLEMENTINO, 2016).

Assim sendo, o segundo capítulo tem por objetivo entender como se escrevia história no período moderno e como o “escrever história” fora mobilizado pelo autor, principalmente quando tratou do tema da governança. Por que mobilizar elementos retóricos usualmente dedicados a príncipes europeus em prol de alguns governadores coloniais foi um importante “ajuste” feito por frei Vicente na sua obra? Ainda, nesse capítulo, traremos algumas das adaptações que foram mobilizadas pelo autor em relação aos governadores-gerais: qualidades nobilitantes que, sem dúvidas, poderiam estar inscritas num livro histórico.

O terceiro e último capítulo terá como foco principal a análise da escrita vicentina acerca dos governadores-gerais, enfatizando a idealização de virtudes por ele criada a fim de montar um referencial de governante perfeito. Num primeiro momento discutiremos o que foi o cargo de “Governador-Geral” e como foi criado, com auxílio de uma historiografia especializada, como, por exemplo, os textos de Francisco Carlos Cosentino, Victor Hugo Abril e Nuno Gonçalo Monteiro. Compreender o que foi o cargo e quem foram os personagens selecionados para exercer tal ofício também foi um contributo a essa análise específica. Posteriormente, iremos trazer para o debate as representações “fabricadas” acerca de quatro autoridades coloniais, entre 1549 e 1602; recorte temporal esse que compreende o tempo em que eles ficaram à frente do governo-geral. Tomé de Sousa, Duarte da Costa, Mem de Sá e Francisco de Sousa¹: cada um desses governadores tiveram virtudes específicas, semelhantes àquelas encontradas nos livros dedicados aos “espelho de príncipes”, como por exemplo: temperança, sabedoria, magnificência, justiça, etc. Essa adaptação feita por Frei Vicente foi preponderante para o problema historiográfico encontrado por nós, na análise da *Historia do Brazil*. Por que atribuir virtudes principescas aos governadores-gerais e qual seu sentido? Podemos afirmar que a mobilização dessas manobras discursivas era instrumento indispensável ao decoro histórico da época? Que ligação podemos fazer da construção literária de figuras “exemplares” ao discurso

¹ Tomé de Sousa: 1549-1553; Duarte da Costa: 1553-1557; Mem de Sá: 1557-1571 e Francisco de Sousa: 1591-1602.

político do autor? O recorte desses quatro governadores coloniais foi resultado da análise feita a partir do discurso do autor acerca de cada um deles. Embora, no cômputo geral, haja um plano comum de virtudes em que os governadores coloniais se apoiem, esses quatro se destacam por serem detentores de qualidades singulares. Além disso, também podemos destacar que, por terem atuado antes da investida holandesa à Bahia, em 1624, talvez residisse neles a escrita útil que serviria como exemplo para os governadores da sua contemporaneidade.

Além dessas questões pontuais sobre a análise da obra, devemos, aqui, fazer uma distinção importante sobre os marcos temporais desse estudo. O ponto mais substancial é entender que, embora nos atenhamos ao tempo de produção da obra (na primeira metade do XVII, quando os primeiros rascunhos foram feitos até sua conclusão, possivelmente entre 1627 e 1630), o problema que nós identificamos nos remete, em especial, ao século XVI. Assim, seguindo o “ordenamento” historiográfico da época, em que textos serviam também como instrumentos de governação e estavam disponíveis para servirem como compêndio de instruções dedicados a aconselhar e aparelhar as autoridades, frei Vicente parece conectar sua narrativa dedicada a esses quatro governadores coloniais do século XVI e, neles, busca, talvez, inscrever prescrições para os governadores do século XVII. É com essa perspectiva que abordaremos a *Historia do Brazil*, pois, no mínimo, ela deveria servir de alerta ao Estado português e, como nos diz Lêda Oliveira, ela deveria atuar “como uma possibilidade plausível para recuperar o *status* perdido deste Império da Fé” (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

CAPÍTULO UM: AS LINHAS GERAIS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DA AMÉRICA

O processo de colonização implantado por Portugal em seus espaços de conquista foi marcado por estratégias de afirmação e sobrevivência autossuficiente. Os portugueses adotaram modelos administrativos diferentes em cada uma das partes em que seus “tentáculos” conseguiram alcançar. O resultado foi uma construção plural e maleável das estruturas administrativas nos espaços de ocupação lusitana. Junto à isso, a arquitetura política do Império luso foi se adequando a esse conjunto disperso de conquistas e, de um lado, reorganizou a seu interesse; de outro, atendeu a interesses sociais, econômicos, políticos e religiosos (COSENTINO, 2009). Por resultado dessa construção heterogênea, as práticas de administração política foram diferentes daquelas adotadas pelos espanhóis, por exemplo. Em Portugal, não se conseguiu uma centralização administrativa efetiva, mas sim, foram feitas, pelas necessidades e dificuldades, adequações administrativas locais.

Mais do que um simples processo de ocupação do espaço americano, a chegada dos portugueses fez com que eles mesmos lançassem um novo olhar sobre suas conquistas além-mar. Se, no início do século XVI, os europeus conseguiram pisar em terras americanas, não significa dizer que a ocupação, efetiva, se deu de imediato. A Coroa, empenhada no comércio da Índia e no ouro da Guiné, pouco se interessou pela nova terra descoberta² por Pedro Álvares Cabral. Em meados do século XVI, os portugueses já eram superiores a qualquer outro país e dominavam uma grande porção do mundo e do comércio (BOXER, 1969).

Durante as décadas de 1500 a 1530, a exploração portuguesa na América elegeu, como instrumento essencial, a feitoria e o comércio ativo do pau-brasil. Contudo, movidos por diversas pressões externas, como por exemplo, as investidas francesas, a Coroa lusitana adotou um modelo já conhecido no reino e no ultramar: as capitânicas hereditárias (COSENTINO, 2009). Com maior frequência, em desafio aos portugueses, os franceses realizaram trocas e se

² Sem entrar no mérito da discussão acerca do termo mais apropriado para tal uso, utilizo o termo “descoberta” para tal acontecimento. Mas cabe aludir, aqui nesta discussão, a análise feita por Edmundo O’Gorman, na sua obra: **A Invenção da América** (1992).

aliaram com os Tupinambás, na América. Com a possível e iminente ameaça de fixação francesa no território descoberto pelos portugueses, Dom João III promoveu o processo de colonização sistemática da terra, em 1534, “dividindo o litoral entre o rio Amazonas e São Vicente” em doze capitanias hereditárias, com extensão variando entre trinta e cem léguas em latitude, mas sem demarcação definida para o interior do território (BOXER, 1969, p. 100).

Além disso, a presença dos colonos – que, em sua maioria, apesar dos incentivos fiscais e jurídicos, não detinham recursos suficientes para desenvolver as terras – não assegurava a efetiva exploração econômica do território e, junto à isso, as ofensivas francesas, atreladas ao declínio com o comércio no Oriente, foram requisitos, como afirma Felipe de Alencastro (2000), para as medidas tomadas na década de 30 do século XVI. Sérgio Buarque de Holanda, afirmou que, “Durante anos, notou-o com justeza Capistrano de Abreu, ficou indeciso se o Brasil pertenceria a portugueses ou a franceses” (2007, p. 165).

Quando da criação das capitanias hereditárias³, objetivava-se atrair elementos privados na exploração da terra e na condução do povoamento. Ademais, outra razão que a historiografia apontou foi a de que, em face das notícias que se tinha das jazidas de metais preciosos na América Hispânica, os portugueses partiram para tal empreitada de ocupação de sua porção da América (HOLANDA, 2007). Em contraposição ao que afirmou Sergio Buarque de Holanda, Francisco Carlos Cosentino nos diz que não se sustenta a ideia de que, em face dos descobrimentos das minas de ouro em Potosí, a Coroa portuguesa redirecionou seus esforços para ocupação das terras americanas. Essa guinada, segundo ele, “apenas ganhará forma no regimento de Francisco Giraldes, elaborado quase 30 anos depois [do regimento de Tomé de Sousa]” (2009, p. 219).

Com as porções de terra devidamente repartidas, foram sendo erguidas as Vilas e, com as capitanias entrando em funcionamento, os colonos foram encontrando resistências nas disputas pela mão de obra. Por isso, os colonos portugueses, cuja necessidade de força produtiva só fazia aumentar, partiram para a escravização indígena e africana, o que fomentou diversos conflitos ao longo do

³ Como já apontado, essa não foi a primeira experiência portuguesa com o sistema de capitanias hereditárias. Madeira, Açores e Cabo Verde também tiveram sistemas de ocupação parecidos com o da costa americana. Em 1419 os portugueses descobriram Ilha da Madeira, Açores em 1439 e Cabo Verde em 1456. A fixação portuguesa nessas ilhas deu início as práticas de colonização ultramarina. Os primeiros colonos vinham, sobretudo, do Algarve. Depois, passaram a vir de todas as regiões portuguesas (BOXER, 1969, p. 49).

século XVI e a *posteriori* (ALMEIDA, 2010). Nesse contexto, um dos motivos que também influenciaram as decisões de ocupação portuguesa no século XVI foram, justamente, os ataques dos indígenas que aconteceram na Bahia em 1545, São Tomé em 1546 e Porto Seguro, em 1546, ameaçando interromper e comprometer a ocupação portuguesa do Espírito Santo e Porto Seguro (COSENTINO, 2009). Das doze porções de terra divididas, do norte até o sul, nem todas elas foram ocupadas durante o século XVI. Das restantes, apenas a de Pernambuco e a de São Vicente conseguiram obter um crescimento populacional e econômico relativamente significativo (BOXER, 1969).

Com a instalação do Governo-Geral na Bahia no final da década de 1540, foram reformuladas as bases do processo de colonização. Em 1549, a Coroa portuguesa pôs em prática outra forma de administração na América: a instituição do Governo-Geral, sediado em Salvador. Essa readaptação do modelo de colonização aconteceu numa época de retração territorial e política que se seguia desde 1541, com a perda de territórios como Santa Cruz do Cabo da Gué, a saída de Alcácer Ceguer, o abandono de Safim e a evacuação de Arzila, no norte do continente africano (HOLANDA, 2007). Com o reajuste buscava-se, em certa medida, a centralização das esferas administrativas nas mãos dos agentes da Coroa que, até então, estavam espalhados no regime das capitânicas hereditárias. As atribuições do novo governo seriam, de forma geral, se fazer presente no que toca aos assuntos da justiça e ajudar na povoação dos territórios e, também, "prover nas coisas que cumprissem ao serviço de Sua Alteza e aos negócios da Régia Fazenda" (HOLANDA, 2007, p. 124).

A colonização, num sentido de cooptação e transferência das esferas de poder da metrópole para suas possessões além-mar, pôs em funcionamento uma lógica de replicação, que se estendeu à diversas formas de como se entender a estrutura social da América colonial portuguesa, em especial até meados do século XVIII (XAVIER; HESPANHA, 1997). E isso não foi diferente com a delegação de poderes que o cargo de Governador-Geral recebeu. O cargo foi criado por um ofício que, segundo o dicionário de Rafael Bluteau, tem a seguinte definição: "cargo que dá autoridade para mandar, ou executar coisas concernentes ao governo, como são officios de justiça, fazenda, milícia & c." (BLUTEAU, Rafael vol. VI, s/d: 47-48 apud COSENTINO, 2009, p. 74). Os governadores-gerais da América portuguesa eram servidores régios que, mediante os regimentos e as cartas

patentes, lhes davam o direito de gozar esse ofício com a “dignidade real”, que fora transplantada do reino.

Mas, afinal, por que trabalhar o contexto da implantação do governo-geral seria pertinente nesse trabalho? Uma de nossas principais finalidades é analisar e debater o porquê um autor luso-brasileiro, nascido na Bahia, deu tamanha “importância” à alguns governadores-gerais; construindo-os, em sua obra, como figuras modelares, detentores de virtudes nobilitantes e principescas.

Os governadores coloniais, aqui, nesse trabalho, terão papel central, quando da investigação da narrativa criada acerca deles, no livro *Historia do Brazil*, escrita por Frei Vicente do Salvador, no século XVII. Adiante veremos que, como uma das formas de pensar o problema, quiçá, das invasões que a América portuguesa sofreu na primeira metade do século XVII, o autor faz uso de vários instrumentos literários a fim de montar uma imagem exemplar de governador-geral que atuou no século XVI e que teve, na condução de obstáculos semelhantes àqueles do século XVII, êxitos. Frei Vicente do Salvador redige sua obra, justamente, durante o período da junção das Coroas Ibéricas (1580-1640). Na década de 20 do século XVII, é aprisionado pelos flamengos; o que constituirá um dos elementos basilares dessa narrativa.

1.1 Entendendo o autor da *Historia do Brazil*: as raízes de Frei Vicente do Salvador

Com o rearranjo administrativo que a Coroa portuguesa implantou na América, vários foram aqueles lusos que vieram tentar a vida na colônia portuguesa (BOXER, 1969). Numa expedição saída de Portugal em direção às terras americanas, em 1554, João Rodrigues Palha, um fidalgo português, embarcou junto a ela, numa tentativa de melhores condições de vida. Rodrigues Palha contou com a ajuda da armada organizada por Luiz Melo da Silva, que viria para América a fim de tomar posse de uma capitania que lhe fora doada. Durante a expedição um naufrágio, em águas próximas ao Maranhão, fez mudar os rumos, momentaneamente, da viagem; entretanto Rodrigues Palha “sem agourar do mal começo, afrontou novamente os mares, deu consigo na baía de Todos os Santos, estabeleceu-se no recôncavo, casou [e] teve filhos” (ABREU, 1982, p. 32). Da

união com Mécia de Lemos nasceram alguns filhos e, entre eles, o mais velho se chamou Vicente Rodrigues Palha, futuro autor da *Historia do Brazil*.

Natural do Recôncavo baiano, Vicente Rodrigues Palha, conhecido como frei Vicente do Salvador, nasceu em Matoim, possivelmente entre 1566 e 1567 (OLIVEIRA, 2008, p. 16), durante o governo geral de Mem de Sá (1557-1571). Logo cedo deu início aos rudimentos da leitura, muito provavelmente sob os cuidados de algum capelão do engenho de Matoim onde residia, como era costumeiro à época. A fim de continuar no universo da educação, foi a Salvador, onde morava Jorge de Pina – seu tio materno e cônego da Sé de Salvador – e lá deu continuidade a seus estudos no Colégio dos Jesuítas, que já por este tempo funcionava na cidade. Depois estudou Direito Civil e Teologia em Portugal, na Universidade de Coimbra e na mesma instituição se fez doutor em Direito Canônico. Regressado à Bahia por volta de 1587, Vicente Palha ocupou cargos eclesiásticos de cônego da catedral e vigário geral. Em 27 de janeiro de 1599, o doutor Vicente Rodrigues Palha vestiu o hábito de São Francisco e, no ano seguinte, já fora admitido à profissão (ABREU, 1982, pp. 32-33).

Entre 1603 e 1606, frei Vicente assumiu o cargo de professor de artes, no convento da Ordem, em Olinda. Ainda em 1606, foi indicado pelo custódio⁴ de Olinda, frei Leonardo de Jesus, para dirigir as obras do futuro convento dos capuchos na capitania governada por Salvador Correia de Sá, o Rio de Janeiro. Em 1612, frei Vicente regressa à Bahia, pois fora eleito guardião do Convento de São Salvador, e mais tarde, em 15 de fevereiro de 1614, seria eleito o novo custódio do Brasil (ABREU, 1982). Em 1618, Frei Vicente retorna à Portugal a fim de participar do Capítulo Geral da Ordem dos frades menores e, provavelmente, para entregar a *Crônica da Custódia do Brasil*, livro que escrevera durante o período que ficou à frente da Custódia do Brasil.

A *Crônica da Custódia do Brasil* se perdeu e, por isso, fazer uma interlocução entre as produções de frei Vicente exigiu, para alguns estudiosos, tarefa árdua. Mas, Capistrano de Abreu, de forma indiciária a partir de outros textos, supõe que a *Crônica* serviu de base para a *Historia do Brazil*, entretanto não em sua totalidade: “Duas de suas páginas parecem ter passado para esta

⁴ Pelo dicionário de Rafael Bluteau, “custódio” é um “superior de casa religiosa franciscana” que tem a função de custodiar – guardar, proteger (BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio Moraes da. 1789, p. 382).

História, ambas relativas a índios da Paraíba” (ABREU, 1982, pp. 34-35). Tarefa árdua porque dessa primeira obra do frade baiano um dos poucos registros dela é dado por um texto redigido por George Cardoso (*Agiologio Lusitano, dos santos, e varões ilustres em virtude*), e nele – segundo Abreu – Cardoso “lhe chamava breve”. Capistrano de Abreu ainda nos conta que, embora algumas passagens da *Crônica* tenham servido de base para a *Historia*, é incorreto afirmar, como fez Varnhagen, que a primeira parte da *Historia* seria a *Crônica da Custódia*, afinal cada uma teve seu intuito muito bem definido (ABREU, 1982, pp. 34-35).

Igualmente, Maria Lêda Oliveira também reflete sobre a questão das produções vicentinas, apoiado no comentário e no texto de George Cardoso. Para ela, o que poderia ser encontrado de comum nas duas obras seria, possivelmente, “a maneira como o autor aborda o lugar do Brasil dentro do Império Português”. Entretanto, não há como ter plena convicção dessa suposição, pois, para tal, seria necessário ter em mãos *Crônica da Custódia*.

Há mais uma indicação que ajuda a reforçar que a *Crônica* e a *Historia do Brazil* são obras autônomas, escritas em momentos diferentes, com fins igualmente diferentes – caso as duas tivessem pontos de encontro, possivelmente seria na maneira como o autor aborda o lugar do Brasil dentro do Império Português. Mas para se ter realmente certeza em relação a essa suposição seria necessário ter em mãos a *Crônica*, atualmente perdida (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

De volta às terras americanas, em 1620, frei Vicente fora admitido como o novo custódio e guardião da Ordem, na Bahia – ainda no ano anterior, enquanto participava do Capítulo no reino. Entretanto não tomou posse, segundo Capistrano de Abreu. No ano de 1624 o seráfico foi aprisionado pelos holandeses em Salvador, quando retornava do Rio de Janeiro, onde tinha ido inaugurar “com grande solenidade uma imagem de São Antônio” (ABREU, 1982, p. 36). O ataque holandês constituiria um elemento novo de investigação na narrativa criada por Vicente do Salvador acerca dos governadores coloniais, principalmente, do século XVI, como adiante veremos.

A investida dos flamengos – que a princípio fora motivada pela união dinástica das Coroas Ibéricas (1580-1640) nas mãos do monarca Felipe II, de Espanha – começou com ataques holandeses as ilhas de São Tomé e Príncipe, por volta de 1598-1599; depois foram se dirigindo às colônias portuguesas na Ásia,

África e no Brasil. Quando o ataque se direcionou à América portuguesa, os holandeses investiram nas possessões da costa açucareira, pois, como nos conta Charles Boxer (1969), as colônias portuguesas no além-mar situavam-se em costas marítimas expostas e, assim, seriam mais vulneráveis aos ataques das embarcações dos Países Baixos. Tentaram a primeira investida na Bahia em 1624, depois atacaram a capitania de Pernambuco, em 1630. A presença da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa nas partes mais prósperas e ricas do Brasil durou cerca de 24 anos (BOXER, 1969, pp.118-123).

Depois de libertado pelos holandeses, nosso autor continuou a redigir sua obra, que tinha começado em Portugal – muito possivelmente a pedido do chantre⁵ da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria (MEGIANI, 2007, p. 25). O velho baiano provavelmente faleceu aos 73 anos, entre 1636-1639, pouco tempo depois de ter concluído sua *Historia*⁶ (ABREU, 1982, pp. 32-36).

1.2 Debatendo a *Historia do Brazil*

A obra do franciscano não deve ser encarada como expressão única, objetiva e verdadeira da sociedade colonial brasileira, contudo também não deve ser encarada como uma obra de meros deleites retóricos e vazio histórico. A *Historia* se divide em duas partes muito simbólicas: dividida em cinco livros, cada um deles desenvolvido de maneira a ser conveniente para mobilização das aspirações do autor. O primeiro introduz o leitor na geografia da terra, nas árvores, nos frutos, nos costumes dos nativos, na sua riqueza etc. O segundo é explorado a partir das ordens de povoação do território com as capitanias hereditárias; orientando o leitor a fazer uma transição para aquilo que uma obra histórica seguindo os cânones dos seiscentos deveria apresentar: guerra, administração e Estado (OLIVEIRA, 2008). O terceiro livro, começa, imediatamente, com a ordem da Coroa para a vinda de Tomé de Sousa e o começo da Instituição do Governo-Geral. O quarto e quinto livro, além de continuar a explorar a condução dos

⁵ Segundo o dicionário de Rafael Bluteau, Chantre tem a seguinte definição: “dignidade, que nas Sés, Collegiadas, tem a direção do coro, e entoação do Canto chão” (BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio Moraes da. 1789, p. 262).

⁶ Muito provavelmente a obra foi concluída entre 1627 e 1630. Prefaciando a obra, Capistrano de Abreu, nos apresenta, como ponto final, o ano de 1627 (ABREU, 1982, p. 32). Já Maria Lêda Oliveira, em seu estudo acerca do autor e da obra, discute uma possível datação final em 1630 (OLIVEIRA, 2008, p. 84).

governadores coloniais, introduzem temas importantes, como por exemplo as guerras travadas na Paraíba e, especialmente no quinto livro, a invasão neerlandesa em Salvador, na década de 20 do século XVII.

Calcada sobre pilares essenciais da escrita da história seiscentista, a *Historia do Brazil* se veste de uma posição firme em matéria política. Seu autor, longe de ser testemunha neutra das ações narradas no livro, propõe a transferência, em definitivo, da Corte para a América. Nisso reside uma possível interpretação do discurso político do frade baiano para o Império Português, como nos conta Lêda Oliveira (2008). E não para por aí: frei Vicente conecta cada uma das partes da narrativa para aquilo que pretende defender. A composição da obra, dividida em duas partes muito simbólicas, traz, nos capítulos iniciais do primeiro livro, uma detalhada e pretensiosa descrição da terra do Brasil. Seria isso um pedido do chantre da Sé de Évora? É sabido que Manuel Severim de Faria contava com uma rede de informantes em várias partes do Império Português (MEGIANI, 2007). Como moeda de troca, Severim de Faria, segundo nos conta Torres Megiani (2007), oferecia contribuições para composição final dessas informações – decerto em forma de publicação –, na livraria de Évora, em Portugal.

Essa ampla rede de circulação de notícias, pelo menos na Península Ibérica, enfrentava “diversos níveis de censura e coerção”. Severim de Faria não apenas encomendava e colecionava manuscritos com informações referentes ao Império, mas era também um colecionador de “raridades antigas”, que, segundo a autora, constituía “um verdadeiro Gabinete de Curiosidades” (MEGIANI, 2007, p. 27). Na viagem que fez ao reino em 1618 para encontro do Capítulo Geral da Ordem Franciscana, frei Vicente do Salvador, muito provavelmente, se encontrou com Manuel Severim de Faria e, desse contato, como afirmam Capistrano de Abreu e Maria Lêda Oliveira, pode ter emergido o interesse por parte do eborense de incentivar o frade baiano à composição de uma obra “geral” sobre o Brasil. E isso parece ter sido correspondido por parte do seráfico. Embora, do outro lado, as coisas não andaram como decerto combinadas, afinal o velho baiano faleceu sem sentir o gostinho da publicação de sua obra, porventura sem saber o porquê. Algumas hipóteses foram levantadas tanto por Oliveira, quanto por Capistrano de Abreu. Abreu especula que “seu livro afinal é uma coleção de documentos, antes reduzidos que redigidos, mais histórias do Brasil do que história do Brasil” (ABREU, 1982, p. 39) e ainda aponta que a falta de rigor com as letras junto com os

trocadilhos pode ter sido os motivos pelos quais Severim de Faria “esmoreceu o entusiasmo”, inviabilizando a impressão.

Maria Lêda Oliveira, supõe que, a não publicação do livro pode ter sido por interesses privados, uma vez que a obra de Vicente do Salvador tendia, de certa maneira, a elevar o peso geopolítico da América portuguesa em face dos demais espaços ultramarinos. Por outro lado, para Severim de Faria, a Corte deveria se instalar, ou retornar, para Lisboa. Entretanto, “não se sabe, porém, se foi por causa destas divergências [...] ou se a obra não foi estampada por outros fatores de caráter menor” (OLIVEIRA, 2008, p. 84). As duas hipóteses levantadas, tanto a de Capistrano de Abreu, quanto por Lêda Oliveira, reforçam questões pontuais acerca das formas de aceitação do “escrever história” no século XVII, tendo como condição fundamental o decoro histórico. Ambas as formulações, embora não havendo amparo documental concreto, devem ter pesado para a não publicação da obra do frade Salvador.

O certo é que a *Historia do Brazil* só veio a obter publicação no século XIX, num momento particular da história do Brasil. O século XIX foi um período de criação de uma imagem de integração territorial do Brasil. Foi, justamente, neste contexto, que se lançaram as bases de um discurso fundamentador da nacionalidade brasileira, a qual só poderia ser alcançada através dos usos do passado e das narrativas históricas. E assim se seguiu: o projeto político do Império do Brasil, no XIX, está também atrelado à criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que ocupou importante papel na construção da cultura e da sociedade que viria a se chamar “nação brasileira” (OLIVEIRA, 2008, p. 32).

É nesse contexto que a obra de Vicente do Salvador adentra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro através de um alfarrabista carioca – João Martins Ribeiro – que adquirira vários alfarrábios e livros antigos e, entre eles, uma história do Brasil a qual doou para a exposição, que viria acontecer em 1881. O periódico “Gazeta de Noticia”, do Rio de Janeiro, publicara, em 19 de novembro de 1881, algumas informações acerca dessa doação. Segundo estampado nas páginas, João Martins Ribeiro arrematou parte dos livros do “finado” Marquez de Abrantes e dentre os livros e papéis antigos, “Há muita cousa inédita e curiosa, principalmente dos primeiros tempos de nossa historia”:

A historia do Brazil, por frei Vicente do Salvador. Era muito conhecida, mas só de nome; no nosso século, apenas a consultou

o Visconde de Porto Seguro, que aliás, talvez para despertar a curiosidade ou fazer andar às tantas as cabeças dos que se preocupam com as fontes em que bebeu o laborioso historiador, cita-o poucas, muito poucas vezes, talvez menos de cinco⁷.

O manuscrito entregue à Biblioteca Nacional é datado da década de 1850 e fora copiado dos Arquivos e Bibliotecas portuguesas, por mando do governo imperial, sob a confiança de Gonçalves Dias e, posteriormente, de João Francisco Lisboa. O IHGB, criado em 1838, tinha, como dito acima, o objetivo de criar uma história nacional, e para tal objetivo dedicou investimentos financeiros de pesquisa não apenas em arquivos brasileiros, mas também nos levantamentos de fontes na Europa, na qual teve a missão Francisco Adolfo Varnhagen. É neste contexto repleto de descobertas para a criação da história nacional que o manuscrito de Vicente do Salvador aparece no século XIX (ANDRADE, 2004, pp. 53-55).

Em 1886 o *Diário Oficial* publicou o primeiro capítulo da obra. Em 1887 saíram os dois primeiros livros – de um total de cinco – e em 1889 a obra completa é publicada (ABREU, 1982).

Ao primeiro livro é dado o título: “Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais, etc., do mesmo Brasil”. Composto por dezessete capítulos, cada um tratando de destacar o território e suas condições naturais, o primeiro livro explora, de forma muito pretenciosa, os detalhes da flora; evidenciando às árvores, os frutos, o clima, a fertilidade da terra. Da mesma forma, faz relatos sobre os animais; costumes e formas de organizações das comunidades indígenas. O que chama atenção é a avaliação que Frei Vicente faz de um Brasil “autossustentável”, pois mesmo se os portos forem fechados, a terra não necessita de socorro das outras:

Conforme a isto digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras. Senão pergunto eu: de Portugal lhe vem farinha de trigo? A da terra basta. Vinho? De açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebida como de uvas. Azeite? Faz-se de cocos de palmeiras. Pano? Faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho e de lã, [...]. Sal? Cá se faz artificial e natural [...] Ferro? Muitas minas, [...]. Especiaria? Há muitas espécies de pimenta e

⁷ Europa. **GAZETA DE NOTÍCIAS**. Rio de Janeiro, 19 de nov. de 1881, nº321. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=2916. Acesso em: 12 de set. de 2021.

gingivre. Amêndoas? Também se escusam com a castanha de caju, *et sic de ceteris*. (SALVADOR, 1982, p. 76).

Todo esse jogo retórico que Salvador faz uso para demonstrar as riquezas do Brasil, se alinha ao seu desejo – expresso indiretamente no terceiro livro – de aumentar a importância do seu local de nascimento. Além do mais, o entendimento dessa escrita dedicada às boas coisas que podem fazer uso a Coroa pode ser conectado à crítica que faz, no terceiro capítulo, sobre a exploração da terra. A célebre frase: “arranhando ao longo do mar como caranguejos” é uma das formas que o autor encontra para chamar atenção da Coroa portuguesa para exploração do interior da colônia. Parte da escrita de Vicente do Salvador é vestida de crítica as formas de colonização portuguesa e, indiretamente, é também uma forma de aconselhamento. Continua o autor a murmurar sobre o descaso dos colonos portugueses sertão adentro do território: “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas” (SALVADOR, 1982, p. 59). Esse tipo de escrita serve para relacionar o que há de mais útil na obra, afinal a obra histórica nesse período deveria esclarecer razões pelas quais fora produzida e nisso, talvez, residisse sua utilidade (OLIVEIRA, 2008, pp. 87-93).

O segundo livro, intitulado: “Da história do Brasil no tempo do seu descobrimento” trata sobre a ordem de estabelecimento das capitânicas hereditárias e as medidas tomadas pelos capitães donatários e suas lutas contra os franceses e indígenas. A matéria desse livro traz, para cena principal, as dificuldades impostas pelos indígenas frente ao processo colonizador, junto com as invasões de povos invasores – como os franceses. Fazendo um paralelo com o primeiro livro quando o baiano critica a ação dos colonos de apenas quererem explorar o litoral, faz o mesmo com os sucessores de Vasco Fernandes Coutinho – capitão da capitania do Espírito Santo – por não explorarem a terra. Conquanto não seja uma estratégia nova, frei Vicente mais uma vez deixa claro a real intenção dele em exaltar o Brasil: mostrar o que há de útil na terra e o que ela pode ofertar aos portugueses.

Filho natural da Bahia, Vicente do Salvador dedica louvores a sua terra natal, pois, se porventura, precisasse o autor justificar onde ficaria, caso a Corte fosse transferida para essa terra “onde tudo há”, o centro da nova instalação real;

esse lugar seria aquele onde os “índios velhos comparam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia” (SALVADOR, 1982, p. 112).

Toma esta capitania o nome da Bahia por ter uma tão grande que por antonamásia e excelência se levanta com o nome comum e apropriando-se a si se chama a Bahia, e com razão, porque tem maior recôncavo, mais ilhas e rios dentro de si que quantas são descobertas em o mundo [...]. Está esta baía em treze graus e um terço, e tem em seu circuito a **melhor terra do Brasil** (SALVADOR, 1982, p. 112, grifo nosso).

Como dito, as matérias do primeiro e do segundo livro são distribuídas conforme aquilo que o autor pretende narrar a fim de ser útil aos ibéricos. Frei Salvador é engenhoso na forma como conduz sua narrativa, seja ela alinhada com os preceitos de um contexto de escrita que presava por um modo mais prudente e exemplar; seja ela pitoresca, afinal como nos bem lembra Maria Lêda Oliveira “porque nem tudo na vida é pensado a *priori*, nem meticulosamente planejado” (2008, p. 87). O segundo livro, o mais breve de todas as composições, abarca um total de quatorze capítulos, distribuídos entre descrição geográfica das capitâncias hereditárias e ações de ocupação do território.

Do terceiro ao quinto livro as matérias tratadas estão em sintonia com a escrita da história no período moderno. Os assuntos, de forma geral, são administração, governo, guerra e Estado. O terceiro livro começa, imediatamente, com a ordem da Coroa para a vinda de Tomé de Sousa e o começo da Instituição do Governo-Geral, sediado em Salvador. Nessa “segunda parte” da *Historia*, podemos observar com mais nitidez o tipo de história que ali o autor estava tratando: história política. Pois, na modernidade, a escrita da história é um exercício retórico de persuasão e é, também, alicerce de uma “ciência” política, na qual os conselheiros/cortesãos deveriam instruir – através do pensamento e dos textos históricos – os saberes práticos e úteis aos governantes (SKINNER, 1996). E nisso, segundo Oliveira, Frei Vicente foi inovador, afinal seu discurso “concatenado” foi organizado para direcionar a ordenação central da narrativa à matéria política (2008, p. 87). Com o início do governo-geral, Vicente do Salvador também historia como a constituição de uma província portuguesa em um continente “novo” foi desafiador e exigiu “homens fortes”, recursos e o emprego da violência. As ameaças dos franceses e holandeses representaram um perigo constante a integridade dos domínios portugueses e, portanto, expulsá-los com urgência era

indispensável para manutenção daquele projeto pensado pelo autor. Para isso, os temas abordados do terceiro ao quinto livro, se baseiam nas ações cruciais empregadas pelos governadores, de modo a reerguer e tornar sólida a presença portuguesa na América.

O discurso político que já vinha sendo construído e lapidado fora, agora, posto de forma objetiva na narrativa. Posicionamento político esse que ambicionava, desde o primeiro livro, colocar e reconfigurar a posição do Brasil, frente às possessões coloniais portuguesas e – quiçá, até mesmo, do reino. O seráfico condicionou os enredos dos primeiros livros para deixar pronto o momento ideal de pôr em evidencia sua trama política e seu desejo: tornar a América portuguesa o centro do Império. E para isso justificou buscando inspirações num passado até então recente, ou quem sabe em acontecimentos de seu tempo, como as invasões de povos estrangeiros, como deixa claro nesta passagem:

Nem se deixou de praticar que, se alguma hora acontecesse (o que Deus não permita) ser Portugal entrado e possuído de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, de sorte que fosse forçado passar-se el-rei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma o podia melhor fazer que a esta.[...] o Brasil, com ser grande, fica em tal distância e tão fácil à navegação, que com muita facilidade podem cá vir e tornar quando quiserem ou ficar-se de morada, pois a gente que cabe em menos de cem léguas de terra que tem todo Portugal bem caberá em mais de mil que tem o Brasil, e seria este um grande reino, tendo gente, por que adonde há as abelhas há o mel, [...]. (SALVADOR, 1982, p. 145).

Projeto auspicioso que, para acontecer, precisaria de uma outra soma de fatores. Para ser o centro do Império Português, esse projeto também necessitaria ter, na condução das tomadas de decisões, pessoas capazes e dotadas de sabedoria epistêmica. Mais do que simples bons administradores, essas pessoas deveriam ser exemplares. Não que não pudessem errar; mas que seus erros fossem diminuídos e seus logros fossem merecedores de destaques. E é dessa forma que iremos tentar compreender o discurso fabricado pelo autor em relação aos governadores-gerais, especialmente, à Tomé de Sousa, Duarte da Costa, Mem de Sá e Francisco de Sousa.

CAPÍTULO DOIS: RASCUNHANDO O NOVO ATRAVÉS DO VELHO: A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA POSTA A SERVIÇO DA *HISTORIA DO BRAZIL*

Os assuntos políticos da obra de Vicente do Salvador são narrados em consonância com alguns pressupostos retóricos que circulavam entre os ibéricos, durante os séculos XVI e XVII. Esse entendimento prévio é de suma importância ao lançar os olhares para as matérias tratadas na *Historia do Brazil*. A escrita, desde a Idade Média e, principalmente, depois do alastramento do uso do papel, se tornou um dos instrumentos de uso corrente de informações pela Europa, deixando de ser um conhecimento “livresco” ligado a grupos específicos. No século XV, uma das consequências da invenção da imprensa foi uma maior difusão de livros. Todavia, isso não significava que os manuscritos deixariam de ser produzidos ou que perderiam espaço dentro do mundo da transmissão e cultura escrita. Pelo contrário, a ideia de uma dominação da cultura impressa frente ao manuscrito, oral e iconográfico, a partir da invenção da prensa, não aconteceu tal qual se imaginava. Houve, doravante, uma revalorização dos escritos feitos a punho e algumas obras manuscritas ganharam bastante notoriedade (BOUZA ALVAREZ, 1997).

As Histórias, tal como entendido, nesse período, por alguns eruditos, deveriam ofertar instruções e serem guias de ações políticas dos reis e príncipes. Escrita sob fortes influências da historiografia quinhentista⁸ e da tradição dos “espelho de príncipes”, a obra redigida por frei Vicente do Salvador, na primeira metade do século XVII, traz alguns elementos dessa construção da escrita histórica do período moderno. Essas características, circulantes dentro das produções dos Quinhentos e Seiscentos, serão exploradas dentro das matérias políticas na *Historia do Brazil*, do frade baiano.

Os “exemplos” ou “espelhos” são uma das características contidas em obras de cunho político do período moderno e Vicente do Salvador adequa e faz uso desse instrumento retórico, em especial, à escrita dedicada aos agentes da administração portuguesa, na sua *Historia do Brazil*. Embora não trate tão somente de matéria política, a obra se caracteriza, no geral, desde o segundo livro, por esse tipo de narrativa. Salvador conduziu o leitor a um discurso político ambicioso, que

⁸ Termo utilizado por Manuel Rodrigues Lapa em sua obra: **Historiadores Quinhentistas** (1960).

tinha como objetivo aumentar a importância geopolítica da América em relação ao reino, transferindo a Corte para o Brasil. Portanto, podemos supor que, para chegar a tal objetivo, o primeiro passo seria dedicar páginas de sua *Historia* à descrição da terra, demonstrando a fertilidade do solo, os bons ventos e as riquezas, as quais os portugueses poderiam tirar proveito. E assim foi sendo tecida a construção da obra: o primeiro livro é dedicado, quase exclusivamente, a descrição das potencialidades do ultramar atlântico português. Um discurso que foi sendo conectado com as primeiras medidas de povoamento do território e com a chegada dos primeiros administradores lusitanos.

Tradição comum na literatura política do período medieval e moderno, o “espelho” ou “exemplo de príncipe” constitui um gênero literário, cuja consolidação os estudiosos situam no século XIII, desenvolvendo-se nos séculos seguintes (MUNIZ, 2011). O gênero sistematiza, seguindo uma perspectiva moralizante e pedagógica, a arte de governar e do bom governo. Durante a Alta Idade Moderna, autores que dialogaram com esse tipo de escrita foram enquadrados, dentro um espectro da literatura, como “conselheiros”; justamente por escreverem instruções referentes ao bom governo e dedicados aos governantes (KAGAN, 2010). Para essa finalidade, o conhecimento histórico tornou-se um dos alicerces centrais que esses autores, principalmente dos séculos XV, XVI e XVII, fizeram uso; a fim de proporcionar uma carga de saberes aplicáveis que orientariam o príncipe, o oficial, o magistrado ou conselheiro político da época moderna (SKINNER, 1996). Com isso, recorrer-se ao pensamento histórico poderia ser absolutamente pertinente para guiar-se nos temas políticos, afinal alguns teóricos⁹ dos livros de aconselhamento dedicado aos príncipes endossaram uma tese de que a base para uma “ciência política”, isto é, o conhecimento prático da política, reside, categoricamente, na compreensão do passado (SKINNER, 1996, p. 239). Assim, vários tratados começaram a ser escritos, não somente para uso dos príncipes, mas também para uso dos seus cortesãos, oficiais régios, nobres, etc., e objetivavam instruir quanto a sua educação, moralidade e matérias do Estado (SKINNER, 1996).

⁹ Um dos teóricos que formularam essa ideia foi Juan Luis Vives. Vives, baseado numa ideia de imutabilidade da alma do homem, afirma, em sua obra *Da educação*, que estudando através dos acontecimentos do passado, ter-se-ia sabedoria suficiente para plena habilidade do que fazer no presente. Pois, para ele, “o conhecimento histórico [é] o preceptor da sabedoria prática” (SKINNER, 1996, p. 239).

Os livros dirigidos aos príncipes representam uma das características basilares da renascença tardia; apesar disso, não constituíam uma absoluta novidade. Pois, como afirma o britânico Quentin Skinner (1996), “nada havia de muito novo na ideia de oferecer conselhos práticos aos dirigentes políticos, explicando-lhes como conduzir a coisa pública”. Séculos antes, esse objetivo já podia ser encontrado nos livros de aconselhamentos apresentados aos *podestà*¹⁰. Essa tradição se enraizava, ainda segundo Skinner, numa ideia ainda maislongeva de se “estender um ‘espelho’ aos príncipes”, oferecendo-lhes, assim, uma imagem exemplar e “pedindo-lhes que nela procurassem divisar o seu reflexo” (SKINNER, 1996, p. 139).

As virtudes identificadas nos governadores-gerais do Brasil na obra de Frei Vicente do Salvador podem ser analisadas a partir desse modelo: pedagógicas, moralizantes e dignas de serem registradas nos livros da época. Utilizando-se desse modo de escrita, o autor parece saber bem que o uso desses elementos literários ajudavam a embasar o discurso histórico nos Seiscentos. E nisto também reside a utilidade política da obra, afinal, o gênero histórico no Seiscentos devia estar subordinado à razão de Estado em face das ações úteis, que pudessem tornar justas as intervenções desses governantes (CLEMENTINO, 2016). Além do mais, mostrar que o Brasil precisaria de governantes virtuosos/exemplares, para ser o coração do Império luso, também pode ser compreendido como uma das formas de aconselhamento aos monarcas portugueses. Afinal, como nos aponta Maria Lêda Oliveira, “os livros históricos se encontravam situados entre o letrado e aquele que exercia o poder, e eram o melhor que um escritor poderia oferecer a um príncipe para a sua prática política” (2008, p. 87). Já que as histórias eram mestras da vida, luz da verdade e testemunha do passado, como afirma Cícero, estava aí a história que serviria de grande utilidade para o Império português.

A História era superior às outras matérias pela demonstração da “experiência” nela contida, por isso era o guia certo para os governantes. Deixava-se a especulação a quem de direito, pois para a formação do príncipe lhe bastavam as “Histórias”, eram elas

¹⁰ Durante a segunda metade do século XII, na Itália, o poderio dos cônsules fora substituído por um tipo de governo “eletivo”; os *podestà*: uma figura imparcial e eleita pelo voto popular para governar as cidades-repúblicas. Segundo Quentin Skinner, “Os *podestà* detinha largo poder, já que lhe cabia o papel de principal funcionário da cidade tanto no plano judicante quanto no administrativo, e servia como seu mais importante porta-voz nas missões diplomáticas que sempre havia. Contudo, a principal característica a marcá-lo era que sua condição sempre foi a de um funcionário assalariado, nunca a de um governante independente” (1996, pp. 25-26).

que poderiam alumiar a *práxis* governativa, concedendo-lhe os meios para se encontrar a forma correta de atuação em todas as horas do exercício de poder. Elas, as “Histórias”, demonstravam que os homens sempre agiram de modo semelhante no tempo, portanto as experiências contadas nesses livros auxiliavam o príncipe a retirar o máximo de utilidade política (OLIVEIRA, 2008, p. 75).

Os cronistas dos séculos XV, XVI, XVII tomavam como referência a ideia de verdade baseada no convencimento retórico. O historiador precisaria, em primeiro lugar, ter habilidade para persuadir seu público de que suas histórias, se não fossem por total convincentes, eram verdadeiras. A escrita da história no século XVII é, ao mesmo tempo, um exercício de persuasão e, até certo ponto, de deleite. Contudo, também é fundamentalmente um campo de reflexão prática, afinal, ela informa sobre a atuação política. Para o convencimento e o ensinamento, cabiam àqueles que tinham a função de criar as narrativas reunir vestígios suficientes para, com isso, construir uma história organizada, persuasiva e verídica. De modo igual, esperava-se que os autores de Histórias dessem maior fervor a elas com a inclusão de “exemplos” ou “espelhos” que oferecessem um compêndio de prescrições políticas e morais, como uma forma de oferecer ensinamentos às *práxis* dos futuros governantes (KAGAN, 2010).

Sendo parte da retórica, a história deve abarcar tudo aquilo de que a retórica se ocupa: as formas políticas, a eleição dos magistrados, o funcionamento dos tribunais, a arte militar. A história deve descrever “os rios, os lagos, os pântanos, as montanhas, as planícies, os sítios das cidades” [...] “O excelente autor de história deve possuir os dois requisitos principais seguintes: inteligência política e capacidade expressiva” (GINZBURG, 2007, p. 29).

Os humanistas que escreveram sobre os “espelho de príncipes” destacaram as qualidades que deveriam ser admiradas num governante. A leitura de que a *Virtus* – qualidade indispensável que todo estadista deve deter a fim de almejar a honra, glória e fama – é imprescindível para aqueles que ficarão à frente da governação, é uma das principais metas de um governante. Por isso, a ambição do cortesão, aquele responsável pela instrução do príncipe, deveria consistir em prover seu senhor com os melhores conselhos políticos para se adquirir o ideal da Virtude. Numa análise essencialmente aristotélica, poderíamos sublinhar que a justiça, a sabedoria, a temperança e a fortaleza d’alma são virtudes cardeais que

seriam capazes de iluminar e dotar um estadista, príncipe, rei, etc., das práticas essenciais de um bom governo¹¹ (SKINNER, 1996, p. 113).

Na *Historia do Brazil* de frei Vicente do Salvador, uma das características atribuídas aos governadores-gerais é a de seguirem as virtudes religiosas; são obedientes e bons seguidores da fé cristã, como, por exemplo, nessa passagem sobre o governo de Mem de Sá: “Este [governador-geral], em pondo os pés no Brasil, que foi no ano de 1557, nenhuma coisa de seu regimento executou primeiro que o que el-rei lhe mandava em favor da religião cristã” (SALVADOR, 1982, p. 151). Esse trecho retirado da *Historia* se associa ao que Petrarca, humanista italiano do século XIV, escreve quando trata da obtenção das virtudes singulares. Para ele, mais do que a inclusão das virtudes cardeais, o bom governante deve prezar pela virtude da fé cristã e afirma que “em absoluto” não se pode ter felicidade sem a fé (SKINNER, 1996, p. 113).

A partir do século XV, com o desenvolvimento do renascimento, tornou-se frequente a escrita de histórias dedicadas as Cortes humanistas, adornadas com uma série de figuras retóricas e com vastos “exemplos” destinados a aparelhar as orientações de cunho moral e político dos futuros governantes. Ainda durante o século XV, esses eruditos receberam a denominação de “historiographe du roi, Historiograaf, cronista-mor ou cronista del rey”, pois, escreviam histórias bem elaboradas e persuasivas a fim de oferecer aos seus governantes maneiras de justificar suas ações e alcançar admiração das futuras gerações (KAGAN, 2010, pp. 31-32).

No caminhar do século XVI para o XVII, a narrativa histórica foi, cada vez mais, um artifício que demandava uma grande capacidade intelectual do historiador/cronista de organizar e redistribuir os fatos da maneira que melhor atendesse aos interesses e objetivos de seus mecenas (KAGAN, 2010). A escrita da história a partir de então dialogava com essa forma de construção retórica das matérias do Estado; uma vez que, as representações narradas dos êxitos dos soberanos também eram vistas como objeto de governação, e que, inevitavelmente, serviam para dar respostas às possíveis instabilidades provocadas pelos diversos interesses régios. E assim, os cronistas/historiadores mobilizavam o saber histórico para subordinar às agendas monárquicas e construir

¹¹ Dado que, como afirma Quentin Skinner: “antes de mais nada, proclama-se que ninguém pode alegar uma genuína *Virtus* se não exibir todas as principais virtudes cristãs, bem como as virtudes ‘cardeais’ listadas pelos moralistas da Antiguidade” (SKINNER, 1996, pp.139-147).

narrativas condizentes com as ações e prospecções dos desígnios dos governantes (CLEMENTINO, 2016, pp. 190-209).

A “história perfeita” começara também a ganhar terreno nesse contexto moderno. Ela servia como mecanismo de aprimoramento da ação política e seu discurso deveria ofertar saberes aplicáveis; um discurso no qual a finalidade principal deveria ser a utilidade. Segundo Kleber Clementino, a perfeição da história só é possível a partir de dois componentes fundamentais: primeiro, “o imprescindível alicerce documental da *narratio*” e segundo, “a exemplaridade esperada da história”. O segundo ponto, comenta Clementino, proporciona – a quem se dirigia as narrativas – os saberes que serão “capazes de iluminar” os eventos presentes ou futuros. Diante disso, é que se extraí o caráter “prognóstico” da história (2016, pp. 200-201). Essa possibilidade de antever, através da narrativa histórica as agendas monárquicas em relação ao Estado, se diferenciava do simples anúncio que então eram usados nos escritos direcionados à política (OLIVEIRA, 2008).

Mais do que mero deleite retórico de comparar soldados a Alcibíades ou Cipião (recurso ainda decerto admirado), **importava aparelhar o leitor – o príncipe, o governador, os estadistas a que de ordinário se destinavam as histórias – com um conhecimento que o instruisse e guiasse. Esperava-se do historiador, portanto, a ‘sciencia’, as ‘muitas letras’, isto é, o discernimento que o capacitasse a captar a recorrência das atitudes e sucessos.** Cumpria-lhe, enfim, extrair a essência dos fatos supostamente inscrita na ‘alma’, sempre a mesma, dos homens. Dotado dessa faculdade, o autor estaria apto a formular aforismos com base nos ‘casos típicos’ que irrompem de sua história e ele identifica a partir de teodo o repertório literário e historiográfico europeu (CLEMENTINO, 2016, p. 201, grifo nosso).

O entendimento do trabalho do historiador na Alta Modernidade, partindo da ótica humanista, não é revelar fatos históricos novos; mas sim, reafirmar as “máximas de sabedorias consagradas” (CLEMENTINO, 2016, p. 202). Neste composto de correntes de pensamentos e de formas de escrever histórias que circulavam no período moderno, a “história oficial” também entra no *hall* de pressupostos de escrita. Não tão diferente do que aqui já se foi trabalhado, ela é constituída por uma produção enviesada de determinados acontecimentos, pois, geralmente, é produzida com vistas à criação de um registro histórico que favoreça determinados grupos ou instituições; como, por exemplo, uma Ordem religiosa,

uma monarquia, etc. (KAGAN, 2010). Ao trazer para o debate a “verdade histórica”, a história oficial também discutia qual seria o estilo de escrita mais pertinente à labuta do historiador. Para o século XVII a verdade era uma das condições fundamentais para a história e, portanto, também importava saber quem criava e enunciava as narrativas. Afinal, a reputação de quem escreviam-as era, do mesmo modo, condição fundamental para que elas fossem úteis e verdadeiras. E, para serem úteis, deveriam seguir, religiosamente, as regras do decoro; jamais podiam fugir da adequação do discurso público e deveriam ser escritas com boas palavras (MEGIANI; CERQUEIRA, 2020, p. 11).

Não obstante, a primeira metade do século XVII também foi palco de criações narrativas que tinham como objetivo orientações de histórias mais pragmáticas e informativas. A “história política”, que recebia o patrocínio de mecenas, deveria ser constituída de um texto lógico que permeasse as máximas da “história perfeita” e, na mesma direção, se prestava à arte do convencimento em prol dos interesses da razão de Estado (KAGAN, 2010, pp. 283-348). Essa perspectiva se apoia em matérias objetivas, diretas e passa a “valorizar o relato embasado, preciso, subsídio à formulação de estratégia e à tomada de decisões” (CLEMENTINO, 2022, p. 9).

Não há dúvidas de que o século XVI sofreu uma “revolução” no que tange às formas de representação tanto no que toca à escrita da história, quanto no que toca a política das monarquias. Incluindo o caráter laudatório atrelado ao mundo escrito, os governantes fizeram uso dessas propagandas a fim de tornar justas suas tomadas de decisões. Os homens responsáveis pelas produções historiográficas nos Seiscentos – seja ele o cronista, historiador, erudito, polígrafo – detinham ferramentas metodológicas e saberes bem instrumentalizados para tal ofício. Dessa forma, o mais importante é saber ler e interpretar a escrita produzida nesse tempo com vistas para o papel em que ela cumpria a realizar. A historiografia do período moderno é um dispositivo muito bem delineado e instrumentalizado, que busca dar respostas as solicitações que os diversos corpos sociais lhes dirigem (CLEMENTINO, 2016, p. 209). As histórias, dirigidas com essas máximas, buscam agir como alicerces que possam proporcionar fundamentações, convicções e práticas políticas dos servidores régios. Pois, os “exemplos” proporcionados por elas deveriam servir como combustível da reflexão e atuação política.

Por exemplo, como sublinha Bouza Alvarez, Filipe II foi um rei que dedicou boa parte do seu tempo à escrita. Chamado pelo espanhol como “rey papeleiro”, ele afirma que Filipe II representa o melhor exemplo de como as narrativas poderiam ser usadas como instrumentos régios e afirma que a relação do rei com os documentos escritos se converteu “num tema fundamental da historiografia moderna naquele reinado” (BOUZA ALVAREZ, 1997, p. 77-78)¹². Segundo Álvarez, para Geoffrey Parker e Hespanha, esse sistema de governo que Filipe se empenhou em lograr êxito foi consequência do vasto Império ao qual governava; assim, o melhor instrumento para vencer as dificuldades impostas pela distância era o trabalho com os papéis, além de ser base imprescindível de conhecimento e propaganda do reino (1997, pp. 79-86).

Importante papel desempenhou a escrita, também, no que toca às informações da monarquia, no reinado de Filipe II. Se, por um lado, ela obedecia aos interesses do monarca em conhecer os domínios adquiridos além da Península, por outro, ela podia satisfazer os interesses da justiça no tratar das ações públicas (BOUZA ÁLVAREZ, p. 91). Parece-nos pertinente dizer que a obra de Vicente do Salvador esteve alinhada com algumas dessas premissas: embora não tenha recebido nenhum título de “embaixador” das coisas do Brasil, por exemplo, ou ter sido custeado para dedicar páginas de sua *Historia* à descrição da terra por parte da monarquia portuguesa, o seráfico relata no primeiro livro, com detalhes, o território e todas as benesses que os portugueses poderiam fazer melhor proveito. Segundo Maria Lêda Oliveira, a forma como a narrativa se apresenta é um dos motivos para que se perceba que Vicente tinha a pretensão, naquelas páginas, de voltar aos tempos áureos do Império Português, pois “era aquela geografia que abençoaria e restauraria Portugal” (OLIVEIRA, 2008, p. 87).

Vicente do Salvador, ao fazer circular notícias sobre o cotidiano, colonização, clima, governo, administração e Estado, mostra que esteve conectado às formas da produção escrita dos Quinhentos e Seiscentos. Suas ideias políticas que aparecerão na obra, os relatos de notícias de acontecimentos, as críticas (ensinamentos indiretos), a evocação teológica e filosófica fez dele um historiador sagaz, que soube instrumentalizar seu arsenal retórico em prol da criação de um livro histórico, cuja utilidade estaria estampada no projeto político para o Império português. Foi um historiador que se pautou pelo “ordenamento

¹² Tradução livre.

geral” da historiografia que circulava à sua volta, em que a verdade recaía sobre a retórica e não sobre o tratamento e a avaliação documental das fontes (OLIVEIRA, 2008, p. 60).

Além disso, podemos supor que o velho baiano fora testemunha ocular e auditivo de alguns dos acontecimentos narrados no seu livro, como nos mostram algumas passagens escritas pelo autor em relação à morte do primeiro bispo do Brasil, Pedro Fernandes Sardinha: “Somente direi o que ouvi a pessoas que caminham desta baía pera Pernambuco e passam junto ao lugar donde o bispo foi morto [...]” (SALVADOR, 1982, p. 148). E, também, nesse outro trecho, no qual Vicente trata acerca das descobertas das minas de pedras preciosas no Brasil: “Um soldado de crédito me disse que, indo de São Vicente com outros, entraram muitas léguas pelo sertão, donde trouxeram muitos índios [...]” (SALVADOR, 1982, p. 63).

Essa tradição – de confiabilidade das fontes nos registros orais e visuais – fazia parte também do repertório de como se escrever no período moderno. Herança essa que encontra suas raízes em Heródoto, como aponta Arnaldo Momigliano. O método que repousa sobre evidências orais e visuais, em Heródoto, seguem dois princípios bases: o primeiro é, como afirma Momigliano, “dar prioridade a registrar e não criticar”. O segundo, se apoia na separação daquilo que foi visto e daquilo que se ouviu (2004, p. 62). Entretanto, não podemos afirmar que a escrita vicentina se apoiou nesses métodos apenas, diferentemente de Heródoto que “optou por construir a sua história fundamentando-se em evidencia oral [...] e não na documentação escrita” (MOMIGLIANO, 2004, p. 65). Para construir sua *Historia do Brazil*, frei Salvador, possivelmente, conheceu os escritos de João de Barros, Diogo do Couto, Pedro de Mariz, Sachino, Herrera, e de obras como a *História de Gandavo*, a biografia de Anchieta, o *Sumário das Armadas*, entre outras (ABREU, 1982, p. 37).

Frei Vicente não se fez alheio aos detalhes essenciais para criação de livros de recomendações; pelo contrário, organizou-os e os inscreveu num livro cujas matérias principais evidenciam o saber daquilo que circundava à sua volta.

Os historiadores do barroco foram os herdeiros dos humanistas, quer daqueles que seguiam o modelo da *historia mestra vitae*, aliando-a a retórica do *opus oratorium maxime*, quer dos outros, a exemplo de Valla [...]. Para eles, os autores do barroco, a História ganhou, no entanto, uma direção mais pragmática, voltada para a

sustentação de projetos políticos palpáveis e concretos, com uma escrita utilitária e direcionada ao futuro (OLIVEIRA, 2008, p. 79).

Essas formas de narrar o passado conviveram na modernidade de forma intrínseca e se firmaram no interior da sociedade Seiscentista. Elas, segundo Kleber Clementino, “diferem nos métodos e abordagens, não nos alicerces”, afinal, o resultado esperado continuava o mesmo: a gestação de uma cultura “historiante” (CLEMENTINO, 2022, p. 9). O trabalho Vicentino na *Historia* obedeceu a balizas historiográficas já então arraigadas no âmago da sociedade erudita e, por isto, poderia – caso viesse a ser publicada num futuro próximo – ser acolhida com fervor pelos homens de poder peninsulares. Ao escrever sobre alguns governadores-gerais, o autor submete esses métodos da historiografia moderna buscando, talvez, os modelos idealizados para o enfrentamento das guerras nas quais viria a ser palco a América portuguesa, em meados do século XVII. O reflexo de governante perfeito, guerreiro, que em meio a confrontações de povos estrangeiros se tornou “exemplar”, será posto à figura do terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá. Ele foi, segundo o franciscano, “espelhar” no tratar das ações públicas e nas coisas do Estado; ele era o oposto da *persona non grata* à história.

O trabalho feito pelo frade baiano, além de obedecer aos ditames da historiografia moderna, admitiu uma nova roupagem retórica que fora mobilizada em prol dos nobres portugueses. A compreensão que teve de que os assuntos políticos gozariam de maiores prestígios nos registros escritos foi substancial para a investida das composições de, pelo menos, três livros da sua obra. Sob essa perspectiva, os guerreiros, ou melhor, alguns governadores-gerais, carregam consigo qualidades nobilitantes necessárias a compor repertório legável à posterioridade. Decerto, como abordamos no capítulo anterior, o contexto em que frei Vicente escrevera não era um dos melhores para o Império português, em face do ataque holandês à Bahia e, portanto, só bons cuidadores não bastavam para administrar a terra em que “também há minas de cobre, ferro e salitre, mas, se pouco trabalham pelas de ouro e pedras preciosas, muito menos fazem por estouras” (SALVADOR, 1982, p. 63). A contradição é apenas aparente. Elucidar a falta de cuidados que os portugueses tinham, no início da colonização, com as terras americanas é um dos instrumentos mais simbólicos da escrita do baiano. Captar que, por trás desse discurso, há uma orientação poderosa para o

ressurgimento do Império, faz parte de um princípio basilar da historiografia moderna: o aconselhamento.

Ora, à sombra das várias críticas que faz ao descaso com que os peninsulares tratam sua terra natal, pode ser entendido como um referencial de mobilização do saber erudito, afinal mostra, como falamos acima, de forma indireta, uma recomendação. Parece-nos evidente que frei Salvador não esteve alheio ao debate político e, até mesmo, aos discursos da *historia magistra vitae*. Sobre a exemplaridade esperada de sua *Historia*, cabia aos governadores-gerais empreenderem ações que pudessem ser registradas dentro de um discurso digno e decoroso. E assim os fizeram. Tomé de Sousa, Duarte da Costa, Mem de Sá e Francisco de Sousa tiveram suas jornadas governativas legadas à posterioridade; ora, pois, os livros históricos detinham esse poder. Cada um desses governadores, a sua maneira, contribuiu para o sentido de encaixar na *Historia do Brazil* as diretrizes e as máximas da história política e dos deveres centrais do historiador da época moderna. Afinal, como nos recorda Clementino, escrever história no período moderno é escrever, essencialmente, história política (2022, p. 11).

A escrita da história nos Seiscentos, em geral, fundamentava-se nesses métodos aqui explorados. Ela, sempre de acordo com os preceitos de sua própria época, deveria englobar no seu bojo retórico o ensinamento, a persuasão e deleitar o seu público no seu discurso. Frei Vicente, sendo filho natural dessa época, conduziu sua narrativa de acordo com essa historiografia e foi sagaz ao introduzir o debate do bom governo, do bom governante à escrita sobre os governadores coloniais que aqui serão analisados. O direcionamento do bom governo se correlaciona com as virtudes que cada um deles exibiu quando estiveram à frente de obstáculos e desafios, como adiante veremos. Virtudes como a magnificência, prudência, justiça e piedade cristã aparecerão na narrativa não apenas como estratégia retórico-poética simples, mas, fundamentalmente, como símbolos a serem copiados e espelhados.

CAPÍTULO TRÊS: NARRAR E ETERNIZAR: OS “VIRTUOSOS” GOVERNADORES-GERAIS DO BRASIL

Na *Historia do Brazil (1500-1627)*, o livro terceiro começara já com uma mudança substancial da esfera político-administrativa do Império português, como adiante veremos. Agora há, na América, um cargo que delegava certas funções no estatuto jurídico e político português aos agentes da administração lusitana em solo americano e garantia, a cada um dos membros responsáveis por tais ofícios, os meios necessários para empregá-los.

O cargo de governador-geral foi criado durante o século XVI, e atribuía poderes político-jurídicos a quem o recebia. Por outro lado, o fidalgo que recebia essa confiança régia deveria mostrar fidelidade e ser íntegro e justo nas tomadas de decisões no ultramar. O ofício, mais do que uma delegação e transferência de poder, “honrava e nobilitava” o fidalgo que recebia, através do *preito & menagem* – cerimônia de transferência de regalias que advém da cultura do medievo. Além disso, o ofício dava a investidura e legitimidade ao exercício do cargo, conforme a delegação do monarca (COSENTINO, 2009, pp. 86-88).

Victor Hugo Abril, ao fazer uma revisão bibliográfica sobre o que conspirava em torno do cargo de governador-geral e suas atribuições, afirma que o elo que une a administração metropolitana com suas possessões no ultramar são os governadores-gerais e, “esse dispõe ‘de poderes escritos de grande profundidade e alcance’ [...]” (FAORO, 2001, pp. 210-211 apud ABRIL, 2015, p. 42). Numa crítica a Francisco Carlos Cosentino, Abril afirma que, embora os estudos de Cosentino tragam minuciosas análises sobre os regimentos e as cartas patentes, que deram investidura e legitimidade ao cargo de governador-geral, ele – ao se deter sobre a matriz teórica de Manuel Hespanha – “supervaloriza as leis [...] e esquece aquilo que Laura de Mello e Souza menciona, de que ‘o mundo das colônias’ não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma, da teoria ou da lei” (ABRIL, 2015, p. 45). Trazendo Pedro Puntoni para o seio da discussão, Abril afirma que o cargo de governador-geral não apenas “se restringe ao ofício do governador”; mas, mais do que isso, ele representa um “sistema político intermediário” (2015, p. 47).

Mas, afinal, quem eram esses servidores reais que foram escolhidos para serem os governantes? Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, o recrutamento dos governadores coloniais advinha de características nobiliárquicas da Corte

portuguesa, especialmente de linhagem e da sociedade de “casas”, herdada da cultura de Antigo Regime (2001, pp. 251-256). No século XVII, a nomeação dos governadores-gerais do Brasil era precedida da consulta ao Conselho Ultramarino (criado em meados do XVII), e por ser “matéria por excelência da ‘alta política’, passava por demoradas conversações e diretamente por consulta apresentada pelo secretário de Estado aos membros do Conselho de Estado” (MONTEIRO, 2001, p. 257). Segundo Monteiro, uma das características que estavam presentes nos governadores coloniais do Brasil era a de serem, além de militares, administradores experientes (2001, p. 267). Além disso, “com bastante frequência”, os governadores indicados para atuarem na América foram aqueles da primeira fidalguia portuguesa, afinal ser da principal linhagem do reino era um dos requisitos principais “para que os povos acatassem a autoridade dos governadores” (ABRIL, 2015 p. 52).

Dentro da lógica imperial portuguesa, a implementação do Governo-Geral, por volta de 1549, na América, tinha como um dos objetivos aguçar a exploração comercial e “tornar sua ocupação no território mais efetiva e rentável” (FREITAS, Camila Corrêa de, 2014, p. 29). Ainda segundo Freitas (2014), a instituição do cargo de governador-geral representava, também, para o Estado português, a retomada da liderança e fiscalização das ações empreendidas na tentativa de ocupação do território, que outrora estavam espelhadas nas mãos de particulares.

Importante papel fora também desempenhado pelos missionários da Companhia de Jesus, que vieram junto com governo-geral, no que tocou a geopolítica lusitana. Não somente atuando na conversão das almas dos nativos, a vinda dos Inacianos serviu também como uma forma de legitimação jurídica da conquista do território. Como afirma Camila Corrêa, “o que legitimaria as possessões ibéricas na América seria aplicar a evangelização, caso contrário, qualquer outra nação cristã poderia fazê-lo”. Portanto, continua a autora “a missão catequética se apresentava, assim, como uma via que, jurídica e moralmente, justificava o domínio do território pelos portugueses” (2014, p. 30).

A luta pela justificativa e domínio efetivo do território tinha lá suas razões: desde cedo, a América enfrentava incursões de povos estrangeiros; praticando a pirataria e alianças com as populações indígenas. Uma das mais “atrevidas” incursões foi feita pelos franceses, ainda na metade do século XVI, pouco tempo depois de ser instalado o governo-geral. Depois de várias tentativas, com êxitos

até, em 1555 Nicolas Durand de Villegaignon desembarcou nas redondezas da capitania do Rio de Janeiro a fim de fundar, por estas bandas, uma colônia, “pomposamente chamada de França Antártica” (HOLLANDA, 2007, p. 166). Com as iminentes ameaças, o povoamento da região, por parte dos lusitanos, se tornou uma das tentativas de solucionar e proteger o território. Preocupado com o atrevimento dos franceses, o rei D. João III apostou, além do povoamento da região, nas alianças com os indígenas como uma das formas de remediar a situação (FREITAS, 2014, p. 29). Apenas sob o comando do terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, foi que os portugueses conseguiram pôr fim ao alojamento dos franceses, no Rio de Janeiro.

Expulsão essa que fará frei Vicente do Salvador, na narrativa criada sobre o tempo da governação de Mem de Sá, mobilizar elementos discursivos nobres acerca deste governador colonial. Embora haja um fundo comum de virtudes, de que todos os quatro analisados fazem parte, cada um deles possui uma qualidade destacável. Por exemplo, Tomé de Sousa é o governante industrioso; Duarte da Costa é o administrador prudente; Mem de Sá é a autoridade guerreira e Francisco de Sousa é o governador afável. Essas representações, dentro da *Historia do Brazil*, serão exploradas em consonância com alguns eventos narrados pelo baiano que servirão para reforçar o caráter “exemplar” dessas autoridades coloniais, como veremos.

3.1 O “companheiro e afável” Tomé de Sousa

Como dito, o terceiro livro da *Historia* começara, já de imediato, a orientar o leitor acerca da mudança político-administrativa empregada pelo rei D. João III na condução da América. O primeiro capítulo do terceiro livro é intitulado: “De como el-rei mandou povoar outra vez a Bahia por Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil” (SALVADOR, 1982, p. 143). Essa mudança do projeto colonizador não poderia acontecer em outra terra, senão naquela que é – como próprio o autor afirma – “a melhor terra do Brasil” (1982, p. 112). É nessa terra que o rei mandou construir uma cidade, “que fosse como coração no meio do corpo”, e povoar; afinal ela tinha bons ares, boas águas e outras qualidades (SALVADOR, 1982, p. 143). “Povoar outra vez”? Sim, os primeiros colonos que vieram com Francisco Pereira Coutinho, então eleito capitão donatário, haviam fracassado na tentativa de se

estabelecerem na terra, muito em função dos vários ataques das populações indígenas, “incitados por franceses” (HOLANDA, 2007, p.117). Numa dessas investidas dos “carniceiros”, assim chamado os indígenas pelo autor da *Historia do Brazil*, todo o “valor e esforço” empreendido pelo capitão donatário foi por água abaixo, “e desta maneira acabou Francisco Pereira Coutinho [...] e a sua capitania com ele” (SALVADOR, 1982, p. 114).

Frei Vicente começa então a discorrer sobre o regimento dado a Tomé de Sousa, que veio como “capitão-mor” e com “título de governador de todo o estado do Brasil” e que tinha como um dos objetivos retirar “a grande alçada de poderes” que então haviam concedidos aos capitães-donatários (SALVADOR, 1982, p. 143). Retirada essa que nunca se configurou em definitivo durante o período colonial. Uma das primeiras queixas em relação à retirada dos poderes donatários foi feita pelo donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, logo após a instalação do governo-geral. Coelho, “queixa-se da pouca atenção que pareciam merecer todos os trabalhos por ele realizados em coisas do real serviço” (HOLANDA, 2007, 139). As murmurações do capitão de Pernambuco pela perda de privilégios surtiram efeito: Dom João III, rei de Portugal, cedeu aos argumentos apresentado pelo donatário em sua carta e enviou a Tomé de Sousa uma “contra-ordem”, na qual pedia que ficasse “resguardada a autonomia das terras do mesmo Duarte Coelho” (HOLANDA, 2007, p. 140). Em 1551, quase dois anos após a instalação da nova configuração administrativa lusitana na América, Tomé de Sousa escreve ao rei afirmando que era danoso que o poder real não estivesse presente na capitania de Pernambuco e, em 1553, torna a mostrar sua “insatisfação” com esta prerrogativa real de preservar as terras de Duarte Coelho (HOLANDA, 2007, p. 141).

Além de Tomé de Sousa, vieram junto, na expedição de instalação do governo-geral, Pero Borges como ouvidor-geral; Antônio Cardoso de Barros para servir como provedor-mor da fazenda e Diogo Muniz Barreto como alcaide-mor da cidade que Tomé de Sousa iria edificar. Além deles, relata Vicente do Salvador, vieram seis padres da Companhia de Jesus “pera doutrinar e converter o gentio” (1982, p. 143). Segundo Camila Corrêa (2014), o propósito da vinda dos missionários era ajudar na ocupação do território e no domínio da Coroa portuguesa, por meio da catequese das comunidades indígenas.

Segundo o seráfico, Tomé de Sousa, por meio de Diogo Álvares Caramuru, conseguiu assentar pazes com os gentios e “fez servir aos brancos”. Continua o autor afirmando que, por ser de interesse régio, Tomé de Sousa “edificou, povoou e fortificou a cidade, que chamou do Salvador”. Na edificação da cidade relata frei Vicente que, o primeiro governador-geral do Brasil (1549-1553) ajudava a “levar a seus ombros os caibros e madeiras pera as casas, mostrando-se a todos companheiros e afável (parte mui necessária nos que governam novas povoações)” (SALVADOR, 1982, p. 144). Frei Salvador faz de Tomé de Sousa um governante industrioso, cortês e gentil com os moradores; o que já podemos analisar como um artifício literário a fim de reforçar a imagem do personagem “ideal” que seria Sousa. Uma virtude “exemplar”, que podemos encontrar nesse trecho destacado, é a “magnificência”. Frei Salvador pôs em sua escrita dedicada a Tomé de Sousa duas virtudes que os humanistas consideravam adequadas a reis e príncipes europeus, e que os livros de aconselhamentos geralmente destacavam: liberalidade e magnificência (SKINNER, 1996, pp. 147-148). Agora – diferentemente de outros escritos relativos a exemplaridade dos príncipes – os administradores das possessões portuguesas também seriam espelhares, afinal detinham virtudes nobres, que os honrariam. Os livros dedicados aos “espelhos de príncipes” deveriam esforça-se para destacar essas qualidades particulares de um governante, como comenta Skinner:

Da liberalidade insiste em que ‘nada é mais aviltante num príncipe’ do que a falta de generosidade [...]. *Da magnificência* explica que a reputação de haver erguido ‘nobres edifícios, igrejas e teatros esplendidos’ é um componente indispensável da glória principesca (SKINNER, 1996, p.148).

Situação semelhante ao que foi apontado por Quentin Skinner é encontrada quando da escrita dedicada à Tomé de Sousa relativa à edificação da Sé de Salvador, das casas dos padres da Companhia, dos sinos e artilharias, etc. Frei Vicente destaca que com a ajuda dada pelo rei, Tomé de Sousa construiu e edificou esses espaços com muita “liberalidade” (SALVADOR, 1982, p. 144); sendo isso uma das características que um espelho de governante deveria dispor. Além disso, com a ajuda que ofertava o governador aos colonos, eles podiam “folgar todos de trabalhar e exercitar cada um as habilidades que tinha” e, segundo Vicente, ele não fazia isso pelo interesse dos “direitos e dos dízimos”; mas sim pelo

gosto de tornar a América e o Brasil, “um grande império, como ele dizia” (SALVADOR, 1982, p. 145).

Como discutimos anteriormente, frei Vicente do Salvador também estimava, ao menos, dar uma maior importância geopolítica a América e, para isso, alinhou seu discurso ao seu desejo. Podemos, numa possível interpretação para o projeto político do autor, entender o porquê ele afirma que Tomé de Sousa tinha o gosto de “aumentar este estado” e fazer dele “um grande império” (1982, p.145). Frei Vicente também anotara ideias “parecidas” com o desejo de Tomé de Sousa, quando afirmou que “seria este [o Brasil] um grande reino”, pois, aqui reunia todas as condições necessárias para ser o centro da Corte, em detrimento das demais possessões portuguesas. Afinal,

A Índia, ainda que é grande, é tão longe e a navegação tão perigosa que era perder a esperança de poder tornar e recuperar o reino. Porém o Brasil, com ser grande, fica em tal distância e tão fácil à navegação, que com muita facilidade podem cá vir e tornar quando quiserem ou **ficar-se de morada**” (SALVADOR, 1982, p.145 grifo nosso).

Além de merecer atenção do frade baiano pelo seu desejo de criar um “Império”, Tomé de Sousa, segundo o franciscano, era um homem muito prudente, avisado e experiente, afinal tinha se mostrado “valoroso cavalheiro” nas disputas na Índia e na África. Isso corrobora, como dito anteriormente, o que Nuno Gonçalo Monteiro nos apresentou, quando da seleção dos governadores-gerais para o Brasil: eles além de experientes, eram bons administradores.

No fim do seu governo, Tomé de Sousa, já “agro” e enfadado de trabalhar, “vendo que não era como pêssego”, pedira – insistentemente – a D. João III seu regresso ao reino. Pedido atendido em 1553 quando seu substituto, Duarte da Costa, foi enviado para o Brasil “movido el-rei dos rogos e importunações do governador Tomé de Sousa” (SALVADOR, 1982, p. 147).

3.2 Duarte da Costa: dono de uma “virtude singular”

Na mesma pegada continua o autor da *Historia do Brazil* na condução da narrativa criada acerca do substituto de Sousa. Duarte da Costa, que chegou ao Brasil em 1553, trouxe consigo José de Anchieta, “que se pode chamar apóstolo do Brasil pelas obras e milagres que nele fez” (SALVADOR, 1982, p. 147). A ênfase dada ao segundo governador-geral do Brasil se pautou no discurso da guerra em

nome da fé. Foi Duarte da Costa aquele que lutou, destemidamente, na defesa da Bahia “contra os bárbaros gentios, que se levantaram e cometeram grandes insultos” (1982, p. 147). Costa – com “prudência” – e com ajuda de seu filho, D. Álvaro da Costa, conseguiu disciplinar e castigar, quando necessário, os indígenas “valorosamente”.

Segundo frei Salvador, o segundo governador colonial do Brasil era um homem íntegro e justo, que, com ajuda do bispo Pedro Fernandes Sardinha, trabalhava incansavelmente “na conversão das almas, na ordem do culto divino, administração dos sacramentos e em tudo o mais tocante ao espírito” (1982, p. 147). Ao escrever sobre Duarte da Costa, Vicente do Salvador mobiliza a virtude da “prudência”, afinal, lutar com sagacidade, ser moderado e firme, a depender das circunstâncias, foi o que Duarte da Costa fez em seu tempo à frente da administração geral, segundo o franciscano. O segundo governador do Brasil também era um homem flexível; sabendo variar sua conduta mediante os desafios que a vida na América o impunha. Era a representação de um governante complexo que vivia entre dois lados: o guerreiro batalhador na defesa do território e, ao mesmo tempo, o governante sereno. E isto deveria também estar registrada na sua *Historia*, afinal, isso fazia parte do “decoro” necessário à composição de sua obra, pois, “por ser muito importante aos que governam não é bem que se cale” (SALVADOR, 1982, p. 151).

Teve D. Duarte da Costa, além de ser grande servidor del-rei, uma virtude singular, [...]. E é que sofria com paciência as murmurações que de si ouvia, tratando mais de emendar-se que de vingar-se dos murmuradores, como lhe aconteceu uma noite que, andando rondando a cidade, ouviu que em casa de um cidadão se estava murmurando dele altissimamente, e depois que ouviu muito lhes disse de fora: Senhores, falem baixo, que os ouve o governador. Conheceram-no eles na fala, e ficaram mui medrosos que os castigaria, mas nunca mais lhes falou nisso, nem lhes mostrou ruim vontade ou semblante (SALVADOR, 1982, p. 151, grifo nosso).

Dentre toda construção discursiva sobre Duarte da Costa, um elemento que nos chamou atenção foi que, o segundo governador-geral do Brasil (1553-1557) era detentor da virtude cristã. Quentin Skinner, analisando o tratado de Francesco Patrizi, *Do reino e da educação do rei*, nos afirma que “a maior virtude de todas está na fé cristã”, afinal a piedade, a religião e a fé são qualidades morais, fundamentais e inseparáveis de um bom governante (PATRIZI, p. 358 apud

SKINNER, 1996, p. 147). Era necessário um governante centrado, que não fosse somente douto e íntegro nas questões da governança, mas deveria ser, da mesma maneira, pacato e paciente.

Foi Duarte da Costa o dono de uma virtude singular, como o próprio frei Vicente do Salvador afirma. Costa foi louvado e caracterizado pelos seus feitos na conversão da alma dos indígenas com a colaboração de José de Anchieta e Pedro Fernandes Sardinha e, também, por ser um homem sereno. No quarto capítulo do terceiro livro, frei Vicente narra como esse governador foi benigno com doentes que se dirigiam à Índia numa embarcação. Segundo Vicente, “vinham em esta nau muitos doentes, os quais o governador mandou recolher ao hospital e aos são ordenou darem lhes mesa cinco meses que aqui estiveram” (1982, p. 148). Da mesma forma, no capítulo seguinte, frei Vicente narra outro episódio que aconteceu na Bahia em que Duarte da Costa “agasalhou, banqueteu e deu pousadas à sua vontade, e o mesmo fez a toda a mais gente da nau, a que deu mantimento todo o tempo que ali esteve” (1982, p.151). Qual motivo teria nosso frade baiano para narrar, destacando à recepção feita pelo governador-geral, esses acontecimentos? A resposta concreta, certamente, não teremos. Entretanto, hipoteticamente, podemos interpretar estes trechos como uma engenharia discursiva feita pelo autor, a fim de demonstrar que a criação da imagem de Duarte da Costa foi sendo elaborada enfatizando seus gestos “nobres”, que poderiam ser replicados por outros governadores ou, quiçá, príncipes e reis.

E com esses acontecimentos frei Vicente encerra o último capítulo em que trata do governo de Duarte da Costa. Honrado pelos seus feitos na defesa da religião cristã e na conversão dos indígenas, paciente com os demais que dele falavam mal, grande servidor régio e receptivo com fidalgos e colonos: assim pode-se dizer que a imagem criada de Duarte da Costa é de um governador que pode ser tido como exemplo pelos demais homens de poder do Império Português. Ele possuía virtudes necessárias a serem legadas num livro histórico, como a *Historia do Brazil*.

3.3 Mem de Sá: “espelho de governadores do Brasil”

Mem de Sá é o caso mais emblemático de toda a narrativa constituída sobre os governadores coloniais que aqui serão analisados e, decerto, de toda *Historia*

do Brazil. Foi a ele que Vicente do Salvador dedicou onze capítulos do terceiro livro; tratando dos mais variados temas, mas, sem deixar de abordar como o governador foi importante em cada um deles. O terceiro governador-geral do Brasil (1557-1571) que, “com razão pode ser espelho de governadores do Brasil, porque, concorrendo nele letras e esforço, se sinalou muito na guerra e justiça” (SALVADOR, 1982, p. 151), era merecedor, por sua bravura, principalmente, na guerra contra os franceses, de uma história digna; uma narrativa que congregasse as máximas da “história perfeita”.

Mem de Sá veio para substituir Duarte da Costa, em 1557. Como dito no capítulo anterior, nada fez antes de executar o regimento em favor da religião cristã. E, para isso, o indígena foi peça central, pois, com ajuda dos padres da Companhia de Jesus “e outros mestres da fé”, assentou “pazes” com os principais índios das aldeias vizinhas da Bahia (1982, p. 151-152). Era um governante que se preocupava com a questão religiosa, tal qual Duarte da Costa. Além desse apontamento, Vicente do Salvador registra que era Mem de Sá, assim como Tomé de Sousa, era um homem sensível e fraterno com os colonos; afinal “se era devedor pessoa pobre, pagava por ele, ou fazia que o credor lhe esperasse pela dívida, pois fiara de quem não tinha por onde pagar” (1982, p. 152).

Frei Vicente ao escrever sobre o tempo da governação de Mem de Sá, trata de um tema importante desse período, que foi a escravização dos indígenas. Embora tenha narrado em poucas linhas, ele aludiu à proibição da escravização dos nativos, afirmando que a “cobiça dos portugueses tinha dado em cativar quantos podiam colher, fosse justa ou injustamente, proibiu o governador isto com graves penas [...]” (1982, p. 152). “O bom governador” Mem de Sá, quando não estava atarefado tratando dos assuntos de guerra, gastava o tempo com os assuntos da justiça, afinal – segundo o autor – isso também consistia num gesto honroso.

No capítulo oitavo do terceiro livro, intitulado: “Da entrada dos franceses no Rio de Janeiro e guerra que lhe foi fazer o governador”, o franciscano narra os ataques que os franceses fizeram com a ordem de Nicolau Villegaignon, “homem nobre de França e cavaleiro do hábito de São João”, de povoar a capitania. Devido às boas condições geográficas e à boa produtividade da terra – que, inclusive, num apontamento a Pero de Góis, frei Salvador crítica por não ter povoada –, os franceses, em 1556, se aliaram aos nativos e erigiram uma fortaleza. O

governador, então, partiu para o território ocupado pelos franceses em 1560 e, logo, apreendeu uma nau e venceu-os, “rompendo as forças que impediram a entrada” (SALVADOR, 1982, p. 155). Mem de Sá, depois de alcançada “tão ilustre vitória”, deixou no comando da capitania seu sobrinho, Estácio de Sá. Como nos escreve Maria Lêda Oliveira, Mem de Sá, no enfrentamento aos franceses no Rio de Janeiro, se tornou um dos pilares principais da construção vicentina sobre os governadores-gerais.

A sua saga de bravura, honestidade, prudência e liberalidade foi bem referida pelo historiador Vicente do Salvador, principalmente no desenvolvimento das ações durante a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2008, p. 150).

Além das guerras feitas contra os franceses, Mem de Sá se mostrou prudente e valoroso, também, quando das guerras contra os “bárbaros insolentes” tamoios. No décimo capítulo do livro III, os indígenas não úteis aos portugueses, voltaram a fazer fortificações ao longo da costa do Rio de Janeiro “salteando os índios novos cristãos, prendendo, matando e comendo a quantos podiam alcançar” (SALVADOR, 1982, p. 158). Com a ajuda dos franceses, relata o autor que “durou dois anos esta moléstia” (1982, p. 158). Com a colaboração dos padres da Companhia, José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, o governador pôde controlar os ânimos dos indígenas e, “benévolos” a ação dos jesuítas, eles os “[reduziram] à desejada paz” (1982, p. 159).

Ideias e estruturas do pensamento erudito da época, claro, não poderiam faltar na narrativa dedicada ao terceiro governador da América portuguesa. A providência divina, junto com todo os artifícios de retórica mobilizado pelos autores do seiscentos em torno da escrita da história, se faz presente e fortalece a ideia da “história útil” e exemplar à narrativa do frade baiano (ANDRADE, 2004, pp. 82-83). Ao narrar mais um episódio de guerra entre portugueses, indígenas e franceses, frei Vicente usa dessa manobra retórica, para reafirmar a posição de vitória dos portugueses no combate. A visão providencialista de um Deus que interfere nas guerras e nas ações dos governantes foi posta quando do enfrentamento aos tamoios, no Rio de Janeiro. Deus, com seu divino favor e por seu “grandebenefício” aos guerreiros portugueses, ajudou-os contra a nova investida dos indígenas.

Cansados já os tamoios de tão prolixa guerra e enfadados de ruins sucessos, porque ordinariamente em os encontros saíam escalavrados, determinaram lançar o resto de seu poder e de sua

ventura em uma batalha, industriados pelos franceses, e sem dúvida a coisa ia traçada para conseguirem seu intento. **Porém, a Divina Providência se acostou à parte mais justificada** (SALVADOR, 1982, p. 160, grifo nosso).

Regressado à Bahia depois de ter fundado a cidade de São Sebastião, a quem deixou como governante Salvador de Sá, seu sobrinho, Mem de Sá escreve ao reino acerca das suas virtudes e vitórias que obteve no Rio de Janeiro contra os franceses. Em troca, pediu que lhes enviassem um sucessor para voltar a Portugal, donde deixará sua filha D. Filipa. Contudo, não foi atendido e permaneceu no cargo, nos diz frei Salvador. Mem de Sá, “letrado e reto na justiça” (1982, p. 168) foi valoroso na guerra e íntegro nos assuntos administrativos; além disso, era grande escudeiro e fiel da religião cristã.

Frei Vicente, na narrativa criada – sobretudo – acerca de Mem de Sá, mobiliza argumentos importantes a serem destacados em livros de História; como por exemplo bravura, justiça, prudência, magnificência, etc. Pois, “a prudência [...] associada diretamente à memória, [...] permitia aos homens aprender com os exemplos do passado e calcular as suas atitudes do presente” (ANDRADE, p. 80). Virtudes essas que ajudaram a erguer e fixar o terceiro governador colonial como um arquétipo a ser espelhado. Esses instrumentos discursivos mobilizados pelo autor têm o propósito de realçar e engrandecer, ainda mais, os governadores-gerais e colocarem como merecedores desses conjuntos de virtudes que, tradicionalmente, eram postas em favor dos heróis militares. Mem de Sá foi, pela lealdade, pelo seu valor nas guerras e pelo tratamento que deu a religião, durante quatorze anos que esteve à frente da governança no ultramar atlântico, um autêntico “guerreiro exemplar”. Era, então, decoroso apresentar esses eventos a fim de corroborar com as máximas da história perfeita (ANDRADE, 2004, p. 93).

No décimo sexto capítulo do terceiro livro frei Vicente historia acerca da troca do comando do governo-geral. Quem viria substituir Mem de Sá, em 1570, seria Luís Fernandes de Vasconcelos. Ele, “curiosíssimo da arte marítima e tão douto e diligente nela”, além de ser “digno de melhor ventura”; acabou sendo atacado por corsários e não completou sua navegação até às terras americanas (SALVADOR, 1982, p. 174). No capítulo seguinte, o velho baiano narra a morte do governador Mem de Sá, em 1571. Mem de Sá soube governar com a prudência e temperança que um governante deveria ter. Na construção e caracterização vicentina, foi o guerreiro ávido nos enfrentamentos que, pelos mais diversos

cenários, foi lhe imposto. Ele dedicou-se à guerra, a religião cristã e era o predestinado a mostrar o “Brasil” aos portugueses. Foi o doutor Mem de Sá quem protegeu a América portuguesa das invasões francesas e, por isso, foi quem “morreu gozoso de suas vitórias” (SALVADOR, 1982, p. 176).

3.4 Francisco de Sousa: “O mais benquisto governador que houve no Brasil”

Uma nobre representação fora construída, também, acerca de Francisco de Sousa, o sétimo governador colonial do Brasil. Francisco de Sousa foi escolhido governador depois da fracassada tentativa de Francisco Giraldes de chegar ao Brasil, que então havia sido nomeado para o cargo. Francisco de Sousa chegou em 1591, no “domingo da Santíssima trindade”. No capítulo vigésimo terceiro do livro IV, Vicente do Salvador pontua algumas das características mais marcantes desse governador, como veremos.

Ao receber a notícia vinda de Lisboa de que sua mulher havia falecido, Francisco de Sousa “resolveu em não tornar ao reino”, mas sim, “ficar cá até à morte” (1982, p. 261). E isso parece ter sido o início da admiração vicentina a este personagem, porque a partir daí narra o frade baiano que – por ser prudente – entendeu ele que essa era a hora de “cariciar as vontades dos cidadãos e naturais da terra [e] fazer-se cidadão e natural com eles” (1982, p. 261). E isso, segundo o autor, não ficou apenas no campo do discurso. Mas, de fato, o sétimo governador do Brasil se tornou o “o mais benquisto, governador que houve no Brasil, junto ser o mais respeitado e venerado; porque, com ser mui benigno e afável, conservava a sua autoridade e majestade admiravelmente” (1982, p. 261).

Assim como os demais aqui apresentados, Francisco de Sousa também era detentor de virtudes principescas como a liberalidade e a magnificência. Construções retóricas que, adaptadas ao cenário colonial, trazia esplendor aos governantes portugueses. Liberalidade e magnificência foram virtudes que, segundo o autor, deixaram o governador bem-visto, afinal, “não houve igreja que não pintasse, [...], murou a cidade de taipa e pilão que depois caiu com o tempo, e fez três ou quatro fortalezas de pedra e cal [...]”. Além disso, era Sousa um homem admirável por seus gestos nobres e por ser generoso, pois, por ser inimigo da

avareza, “dava a bons e maus, pobres e ricos, sem lhe custar mais que pedi-lo” (1982, p. 261).

A construção e representação desses valores ocupa posição de destaque na narrativa criada acerca de Francisco de Sousa, uma vez que seriam esses valores que consagriam o governador como um espelho – bem ao estilo da temática “espelho de príncipes”. A narrativa dedicada ao tempo que Sousa ficou à frente da governação se destaca, essencialmente, através das guerras na Paraíba e das invasões estrangeiras que a América portuguesa começava já a enfrentar. Por isso, sublinhar a importância de cada um desses atributos era, mais do que deleite retórico, fundamental para inspiração futura e presente dos governadores do século em que fora concluída a *Historia do Brazil*. O bom governador, do mesmo jeito que um bom príncipe, deveria seguir as virtudes e o bom comportamento em tudo, tal qual os exemplos do passado os ofereciam.

Além disso, Francisco de Sousa empenhou esforços em busca de remediar aquilo que tanto o velho baiano apontava como crítica aos portugueses: explorar a terra em busca de metais e pedras preciosas. No capítulo trigésimo sexto, Francisco de Sousa, saído da Bahia, foi em direção à capitania do Espírito Santo em busca de explorar as minas de metais e prata. Achados metais preciosos, mandou que fizesse um “forte pequeno de pedra e cal em que pôs duas peças de artilharia para defender a entrada da vila” e depois foi ao Rio de Janeiro, onde foi recebido pelo “povo todo com muito aplauso, por ser parte onde nunca vão os governadores-gerais” (277-278), afinal seria Sousa o mais afável e benquisto de todos os governadores coloniais. Nesse mesmo capítulo (37º), frei Vicente encerra sua escrita sobre o tempo em que governou Francisco de Sousa, enaltecendo as terras do Sul do Brasil. Ali havia, “os campos como os de Portugal”, em que eram ricos e férteis de “trigo e uvas, rosas e açucenas” e, folgando o governador de labutar nas minas, tomava seu tempo caçando e pescando nessas terras. E, ao encerrar o capítulo, frei Vicente relata sobre a morte de Filipe I e a sucessão que ficou à cargo de Filipe II, que enviou para chefiar a governança da América Diogo Botelho, em 1602 (SALVADOR, 1982, p. 280).

Como visto, Tomé de Sousa, Duarte da Costa, Mem de Sá e Francisco de Sousa detinham virtudes principescas e aristotélicas essenciais à governança, tal como a prudência, a magnificência, a liberalidade e a justiça. As experiências gestadas com as atuações dessas autoridades coloniais, evidenciariam a

importância de se ter um governante “espelhar”, prudente, guerreiro e justo, no século XVII, no tempo de produção da *Historia*. Pois, por exemplo, foi Mem de Sá aquele quem protegeu, no século XVI, a América Portuguesa das invasões francesas e foi um defensor fervoroso da religião cristã. Seriam governantes exemplares como Mem de Sá que poderiam tornar possível o projeto político de “recobro da dignidade do Império” (OLIVEIRA, 2008) pensado pelo frade baiano e servir de inspiração para os governadores do século XVII.

Projeto político este que, no mínimo, serviria para se pensar as estratégias de defesa do território português face às invasões estrangeiras e repensar o lugar da América portuguesa frente ao Império luso, tendo o Brasil capacidades naturais da fauna e da flora (como ele próprio mostra no primeiro livro), humanas (como no caso dos governadores-gerais) e geográficas de não ser apenas uma “periferia”, mas sim tornar-se o coração político do Império Português (OLIVEIRA, 2008). Portanto, inscrever esses atributos na forma de uma História era deveras necessário, afinal, as Histórias seriam lugares escolhidos para os designios políticos e para as reflexões das atuações práticas das autoridades, pois, conhecendo a relevância da política nas Histórias, ter-se-ia uma base de como agir na condução do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, nosso objetivo foi entender como o franciscano Vicente do Salvador historiciza a atuação de alguns governadores coloniais na *Historia do Brazil* e, também, tentar compreender o discurso político inscrito em sua obra. Para a compreensão de ambos objetos de análise, foi condição fundamental o entendimento de algumas situações, tanto da vida do baiano, quanto do contexto de escrita, ao qual estava inserido.

Salvador, através dos usos de exemplos, procurou refinar e alinhar sua escrita à tradição historiográfica então posta em voga no século XVII. Frei Vicente tinha consciência de que os assuntos, especialmente dedicados aos quatro governadores coloniais aqui destacados, dariam um tom “moralizante” e adequado a sua narrativa, sendo isso uma das condições fundamentais do decoro histórico da época. E, portanto, omitir, por exemplo, as disputas entre os oficiais régios e os donatários não constituiria situação indecorosa, afinal frei Vicente mostrava ter consciência de que certas situações não poderiam fazer parte da narrativa. Em nome, quiçá, do decoro histórico, ele, em certa medida, apaga tudo isso e constrói uma imagem dourada, de homens detentores de virtudes. Afinal, nos lembra Kleber Clementino, “quando se tematiza um passado recente, predomina a vertente da história moralizante, “decorosa”, em grande medida laudatória” (2022, p. 8).

Por isso, era importante, para os fins da instrução e utilidade de sua obra, que sua escrita escolhesse muito bem sobre o que narrar e o que não narrar (MEGANI; CERQUEIRA, 2020). Dentro do “como escrever” no período moderno, os autores sabiam que não se podia deturpar o que se entendia como verdade. Contudo, para João de Barros, a verdade podia, por bem, ser ocultada quando não lhes traziam nenhum benefício. A contradição entre as noções de verdade é apenas aparente, pois para João de Barros um historiador jamais poderia mentir, embora, como foi dito, ele possa não explicitar uma verdade inconveniente (RODRIGUES LAPA, 1960). Tal concepção fará parte do arsenal mobilizado pelo frade baiano em torno da redação do seu livro, afinal, não desejaria ele que por falta de uma “harmonia” entre os eventos narrados, seu projeto caísse em total malogro (OLIVEIRA, 2008).

Todos esses apontamentos nos fazem levantar alguns questionamentos que, certamente, merecerão um estudo ainda mais aprofundado. Foi trabalhando com a perspectiva de uma “prescrição” para os governadores do século XVII que o “problema” da construção de personagens “modelares” foi explorado neste estudo. Nesse sentido, será que podemos pensar que há um elo na narrativa do baiano entre as invasões francesas, ainda no século XVI, e a investida holandesa, na primeira metade do século XVII, na Bahia? Como podemos associar a construção desses governadores-gerais, em especial a construção discursiva dedicada a Mem de Sá, à invasão holandesa? Refletindo em cima desta perspectiva apresentada, cogitamos que, no fundo, haveria, sobretudo na escrita dedicada a figura de Mem de Sá, um instrumento poderoso de instrução para os governadores do século XVII, num momento de instabilidade e crise política para o Império Português, principalmente com a invasão holandesa à Bahia. Mem de Sá, como o próprio autor afirma, pode ser considerado como “espelho de governadores do Brasil”, e isso só nos mostra que o autor esteve, além de conectado com a literatura acerca dos “espelho de príncipes”, por dentro das discussões sobre os livros de aconselhamentos aos governantes. E, talvez, a fabricação desses “modelos” ou a criação desse amplo painel de governantes virtuosos, poderia responder um dos motivos pelos quais fora “construído” o livro: é ter, no fundo, uma base de experiências “exemplares”, que façam os governantes, do tempo em que a *Historia* foi concluída (entre 1627 e 1630), se inspirarem. Contudo, essas “suposições”, sem dúvidas, poderão ser mais bem exploradas em pesquisas futuras, de forma a ganhar amadurecimento e refinamento.

A História, como afirma Ana Paula Megiani, a partir do começo do XVII, passou a ser usada como um discurso de Razão de Estado, ou seja, um “argumento de teoria política”, que compreendia “política” como o amontoado de “experiências que os governantes passados deixaram e ao que se junta a experiência própria e individual do governante atual” (MEGIANI; CERQUEIRA, 2020, p. 14). Para tal intento, ela deveria ser feita a partir de “modelos” ou “exemplos”, afinal, eles eram vistos como “o real concreto e experimentado” e não apenas como meras figuras abstratas. E é assim que procuramos, ao longo desse trabalho, tentar compreender a representação vicentina acerca dos governadores coloniais do Brasil, em especial aqueles que atuaram no século XVI.

Portanto, buscamos apresentar neste trabalho as representações “fabricadas” por frei Vicente do Salvador, acerca dos governadores-gerais do século XVI e como essa “fabricação de governador-geral” pôde se aliar ao seu discurso político. Para tal objetivo, foi importante se ater aos estudos feitos por pessoas que trabalharam diretamente a obra, como, por exemplo, Maria Lêda Oliveira, Capistrano de Abreu, Luiz Cristiano Oliveira de Andrade, entre demais pesquisadores. A história política, a utilidade do discurso histórico e os exemplos, foram chaves centrais na investigação do texto seiscentista e, portanto, não poderiam ficar à margem do debate aqui produzido.

FONTES

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio Moraes da. **Diccionario da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio Moraes da Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 19 de nov. De 1881, nº321. Hemeroteca Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=103730_02&pagfis=2916. Acesso em: 12 de set. de 2021.

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL, Victor Hugo. **Governadores interinos: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (1705 –1750)**. Tese Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDRADE, Luiz Cristiano O de. **A Narrativa da Vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c.1630)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

BOXER, Charles R. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: A construção da imagem pública de Luis XIV**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

CLEMENTINO, Kleber. **Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul**. 2016. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

_____. Em publicação. **As Histórias vieirenses da Guerra Holandesa: Uma experiência de escrita da história a partir do ultramar português (1656-1679)**. 2022 (no prelo).

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII):** ofício, regimento, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. A missão jesuítica como ação política: aldeamentos, legislação e conflitos na América portuguesa (séculos XVI-XVII). In: **Revista História e Cultura**. Franca-SP, v3, n2, p. 28-42, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira:** Tomo I, vol. 1: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

KAGAN, Richard. **Los cronistas y la Corona:** la política de la historia en España en las Edades Media y Moderna. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Historiadores Quinhentistas.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1960.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. In: **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 24-48

MEGIANI, Ana Paula Torres; CERQUEIRA, André Sekkel. Como se escrevia a história no século XVII: o uso dos tratados espanhóis, italianos e franceses pelos historiadores portugueses. In: **Rev. Hist.** São Paulo, n 179, a06718, 2020.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru (SP): EDUSC, 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia, no século XVII-XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. O leal conselheiro e a tradição do Espelho de Príncipe: considerações sobre o gênero. In: IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, 2001, A Coruña. **Actas del...** Noia: Toxosoutos, p. 89 – 103, 2005.

NICODEMOS, José Pedro. **A contribuição historiográfica de frei Vicente do Salvador.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Imprensa Universitária, 1971.

O’GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América:** reflexões a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OLIVEIRA, Maria Lêda. **A história do Brazil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do Século XVII** – Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

PALOMO, Federico. Memoria, cultura manuscrita y oralidad en la crónica franciscana portuguesa de la Edad Moderna. **Tempo** [online], vol.22, n.41, Rio de Janeiro, pp.509-532, 2016.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Mariana Silveira Leonardo de. **Espacializando a História do Brazil, de frei Vicente do Salvador**. 2016. Dissertação. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)**. Editorial Estampa, 1998.